

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DO MARROCOS PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA
(1999-2018)**

Porto Alegre

2018

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DO MARROCOS PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA
(1999-2018)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

de Oliveira, Vitória Kramer
A Política Externa do Marrocos para a África
Subsaariana (1999-2018) / Vitória Kramer de Oliveira.
-- 2018.
69 f.
Orientadora: Analucia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Marrocos. 2. Política Externa. 3. África. 4.
Diplomacia econômica. 5. União Africana. I. Pereira,
Analucia Danilevicz, orient. II. Título.

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DO MARROCOS PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA
(1999-2018)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

Prof. Dr. Anselmo Otavio

Unisinos

AGRADECIMENTOS

Pela conclusão dessa jornada de quatro longos anos, meu principal agradecimento fica à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acolheu de braços abertos uma menina de 17 anos recém saída de um colégio público e cheia de sonhos. Meu caminho é mais completo por ter feito parte de uma instituição tão íntegra, democrática e valorosa como a UFRGS, e se hoje sou a segunda da minha família a conquistar um diploma de uma universidade pública e de qualidade, é porque estudei em um lugar que me permitiu sonhar.

Também gostaria de agradecer àquelas pessoas que deixaram marcas em mim por suas maneiras de ver o mundo, enfrentar os desafios que a realidade impõe e lutar por um amanhã diferente. À Prof^a Analucia, minha mentora por praticamente $\frac{3}{4}$ da graduação, deixo registrado meu muito obrigada por ter a oportunidade de absorver um pouco do conhecimento e da luta que emana de seus anos de cátedra. Aos colegas do CEBRAFRICA, meu muito obrigada por tornar de mim uma africanista cada dia mais ávida por saber. À Faculdade de Ciências Econômicas, agradeço por me dar a chance de conviver com pessoas tão maravilhosas, cujas realidades tão distintas da minha me fizeram aprender sobre outros mundos possíveis.

A construção desse trabalho de conclusão de curso passou por muitas fases, nas quais algumas pessoas tiveram participação especial seja por seu apoio emocional, seja por seu aconselhamento em relação aos caminhos que a pesquisa deveria tomar. Pelo companheirismo, incentivo e carinho, principalmente nesses últimos meses, agradeço a minhas amigas Luísa, Thaís, Vitória e Maria Gabriela; que, assim como eu, estão embarcando nessa jornada maravilhosa e assustadora que é a vida após a faculdade de Relações Internacionais.

Pelo amor incondicional, que se constrói dia após dia e com muito esforço, agradeço a três mulheres maravilhosas, fortes e inspiradoras: Dirce, Ivete e Marlene, mulheres que me ensinaram o que significa amor, cuidado e empatia. E agradeço também às mulheres que não compartilham do mesmo sangue que eu, mas que são da família que eu escolhi amar: Michelle e Emily, minhas amigas e irmãs eternas que me mostram todos os dias o que é lealdade.

“Y los caminos de ida
En caminos de regreso se transforman
Porque eso, una puerta giratoria
No más que eso, es la historia”
(DREXLER, 2014)

RESUMO

O presente trabalho tem como problema de pesquisa a aproximação recente do Marrocos em relação à África Subsaariana, com destaque para os desdobramentos desta aproximação para o continente africano. O contexto desse problema de pesquisa é justamente a problemática do histórico distanciamento marroquino em relação ao resto do continente africano, o qual é rompido a partir da ascensão de Mohammed VI ao poder em 1999 e traz novas dinâmicas não só para a política externa do país como também para as configurações de poder na região subsaariana, marcada historicamente por um passado combativo e de luta anticolonial – principalmente no que diz respeito à questão do Saara Ocidental. Após 2008 e a crise econômica na Europa, houve um redirecionamento da política externa do Marrocos para a África, especialmente para a região subsaariana. O foco nos mercados regionais e a aproximação política com o continente deu-se em razão de novas oportunidades e interesses econômicos, bem como da busca por novas alianças para romper com o insulamento marroquino em relação aos demais países africanos. Além disso, há também a busca pela ampliação de seu espaço para projeção de influência internacional, ainda mais quando se leva em conta a priorização da questão do Saara Ocidental na matriz de política externa marroquina e o peso desse assunto para as agendas africanas.

Palavras-chave: Marrocos; Política Externa; África; Diplomacia Econômica; União Africana.

ABSTRACT

The present work has as a research problem the recent approximation of Morocco in relation to Sub-Saharan Africa, with emphasis on the unfolding of this approach to the African continent. The context of this research problem is precisely the problematic of the historical Moroccan distance from the rest of the African continent, which is broken from the rise of Mohammed VI to power in 1999 and brings new dynamics not only to the country's foreign policy as well as to the power configurations in the sub-Saharan region, historically marked by a combative past and anticolonial struggle – especially with regard to the Western Sahara issue. After 2008 and the economic crisis in Europe, there was a redirection of Morocco's foreign policy to Africa, especially to the sub-Saharan region. The focus on regional markets and the political rapprochement with the continent was due to new opportunities and economic interests, as well as the search for new alliances to break with the Moroccan insulation in relation to the other African countries. In addition, there is also the search for the expansion of its space for projection of international influence, especially when taking into account the prioritization of the Western Sahara issue in the Moroccan foreign policy matrix and the weight of this subject for the African agendas.

Keywords: Morocco; Foreign Policy; Africa; Economic Diplomacy; African Union.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPS	Conselho de Paz e Segurança
CPSUA	Conselho de Paz e Segurança da União Africana
CUA	Comissão da União Africana
UE	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MAEC	Ministério de Assuntos Estrangeiros e Cooperação
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
NMF	Nação Mais Favorecida
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
RASD	República Árabe Saaraui Democrática
UA	União Africana
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O PAPEL DA POLÍTICA EXTERNA MARROQUINA PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS INTERESSES	13
2.1 A ESTRUTURA DA POLÍTICA EXTERNA NO MARROCOS SEGUNDO SEUS DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRATÉGICOS	16
2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE MOHAMMED VI (1999-2018): DESAFIOS, RUPTURAS E CONTINUIDADES	21
3 DIPLOMACIA ECONÔMICA COMO VARIÁVEL DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	32
3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DIPLOMACIA ECONÔMICA: O CASO DO MARROCOS	32
3.2 O MARROCOS COMO UM NOVO <i>PLAYER</i> ECONÔMICO NO CONTINENTE: PANORAMA SOBRE AS RELAÇÕES COM OS VIZINHOS AFRICANOS	38
4 OS INTERESSES DO MARROCOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA E OS IMPACTOS PARA O CONTINENTE	47
4.1 A ENTRADA NA UNIÃO AFRICANA	47
4.2 DESDOBRAMENTOS RECENTES APÓS A ENTRADA NA UNIÃO AFRICANA	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6 REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O continente africano sempre teve um papel de relevância para os interesses marroquinos, principalmente no que tange à questão do Saara Ocidental e seu domínio sobre a região. Após o período das independências africanas, a partir dos anos 1960, as novas configurações de poder que se formaram no continente forçaram o Marrocos a isolar-se dentro do espectro de alianças que se configuravam no seio do anticolonialismo. Isto porque a postura marroquina diante do território saarauí era vista pelos demais países africanos como uma manifestação de dominação colonial; visão que predominou a cena política do continente até o início do século XXI, e cuja mudança paradigmática no seio da política externa marroquina será o objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso.

É possível identificar a aproximação do Marrocos com o continente por meio da análise do aumento no nível de investimentos do país nos parceiros africanos, as visitas feitas pelo Rei Mohammed VI aos Estados da região subsaariana, a implementação da diplomacia econômica como instrumento principal de projeção internacional e as tentativas de integração do país com o resto do continente – vide entrada na União Africana, em janeiro de 2017. Assim, a contribuição que este trabalho busca trazer para os estudos de África é uma análise sobre o papel que o Marrocos cumpre como novo *player* político e econômico, buscando analisar o impacto que essa aproximação traz para o continente africano.

Para o Marrocos, o foco nos mercados regionais e a aproximação política com o continente deu-se em razão de novas oportunidades e interesses econômicos, bem como da busca por novas alianças para romper com o distanciamento marroquino em relação aos demais países africanos. Além disso, há também a busca pela ampliação de seu espaço para projeção de influência internacional, ainda mais quando se leva em conta a priorização da questão do Saara Ocidental na matriz de política externa marroquina e o peso desse assunto para as agendas africanas.

Para responder a questão central que este trabalho de conclusão de curso busca compreender, é preciso delimitar alguns objetivos principais e secundários. O primeiro deles é (i) entender a matriz de política externa marroquina a partir da ascensão de Mohammed VI ao poder, sendo que para tanto se buscará analisar (a) como a questão do Saara Ocidental se insere na formulação de política externa do país, e também (b) como se deu a transição de política externa para acomodar os novos interesses marroquinos na África, evidenciados a

partir da virada dos anos 2000. O segundo objetivo que guia este estudo busca (ii) entender o papel da diplomacia econômica para a consecução dos interesses do Marrocos na África Subsaariana, para então avaliar (c) como a diplomacia econômica se articula como elemento de projeção regional e continental e (d) como a diplomacia econômica abre caminho para o fortalecimento das relações políticas entre o Marrocos e seus novos parceiros econômicos no continente africano. O terceiro e último objetivo que auxilia na compreensão da questão central apresentada neste trabalho busca (iii) explicar o porquê da entrada do Marrocos na União Africana em 2017, buscando analisar, secundariamente, (e) quais interesses motivaram essa aproximação e (f) o que o Marrocos pode alcançar a partir deste movimento, no sentido de influências sobre a UA e sobre as agendas de seu interesse, como é o caso da disputa pelo Saara Ocidental.

Tendo em vista os objetivos principais e secundários anteriormente apresentados, para explicar o porquê do redirecionamento da política externa marroquina para o continente africano nas últimas décadas, parte-se da hipótese que a aproximação com a região subsaariana se deu em função de uma nova visão estratégica tanto sobre o papel que o Marrocos cumpre como ator regional, quanto ao surgimento de novas e promissoras oportunidades políticas e econômicas nesses países antes isolados no espectro de política externa marroquina. Assim, cabe analisar as dinâmicas nas quais o Marrocos busca se inserir no contexto de uma nova ordem política e econômica inaugurada na África a partir do século XXI, buscando compreender as motivações por detrás desses movimentos de aproximação e também, em última instância, entender de que maneira a África representa um novo espaço de ação estratégica em termos de projeção política e econômica dentro do espectro de relações internacionais do Marrocos.

Desta forma, elencam-se três justificativas centrais para fundamentar o presente estudo, quais sejam: (i) a busca por uma visão crítico-analítica das ações marroquinas segundo sua matriz de política externa, conforme estudado por Alain Antil (2010), Daniel Zisenwine (2013), Pierre Adimi (2015) e Irene Fernández-Molina (2016); (ii) uma complementaridade aos estudos ainda incipientes sobre a entrada do país na União Africana, em consonância e complementaridade aos trabalhos de Anouar Boukhars (2017), Miguel Hernando de Larramendi e Beatriz Tomé-Alonso (2017) e Liesl Louw-Vaudran (2018a); e, por fim, (iii) a interpretação das relações internacionais no continente africano a partir da

visão do papel estratégico cumprido pelo Marrocos, conforme apontam Amine Dafir (2012) e Rim Berahab (2017).

O método utilizado para realizar o presente trabalho de conclusão de curso é o analítico-descritivo, pois busca descrever a política externa empregada pelo Marrocos em relação à África com o objetivo de analisar os possíveis impactos desta aproximação tanto para o país quanto para o continente. Ainda, os meios utilizados para atingir os objetivos gerais e específicos estabelecidos neste estudo são a pesquisa bibliográfica, a utilização de bancos de dados (a exemplo do Banco Mundial) e a revisão de documentos oficiais, como discursos do Rei Mohammed VI, resoluções da ONU e documentos publicados pela União Africana.

Para atingir os objetivos anteriormente delineados, o presente trabalho é dividido em três seções, precedidos da presente introdução e seguidos pelas considerações finais. O primeiro capítulo faz um apanhado sobre a matriz de política externa marroquina, de forma a compreender quais os fatores históricos responsáveis por determinar sua formulação e estruturação, bem como analisar a transição do governo de Hassan II para Mohammed VI, em 1999, em termos de política externa. O objetivo do capítulo é entender as nuances de ruptura e continuidade nas agendas internacionais do Marrocos, buscando compreender qual o papel que a política doméstica cumpre nesse espaço de construção da ideologia do Estado e, principalmente, analisar as relações entre o país e o continente africano ao longo desse período de transição.

O segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo caracterizar a diplomacia econômica empregada pelo Marrocos, em função da importância dada a essa ferramenta de projeção internacional pelo atual governo. Para tanto, são analisadas as ações empregadas pelo país no continente africano pela ótica da diplomacia econômica, ao passo que se busca entender as motivações do Reino em utilizar essa estratégia em específico para atingir seus objetivos e consolidar seus interesses nesse espaço geográfico. Também se faz um breve apanhado sobre a atuação recente das principais companhias marroquinas na África Subsaariana, de forma a entender como a internacionalização de empresas atua em serviço dos interesses nacionais.

Já o terceiro e último capítulo busca caracterizar as mais recentes ações do Marrocos na África em termos políticos e institucionais, a começar pelo retorno à União Africana em 2017. Essa seção tem como objetivo costurar todas as análises teóricas feitas nos capítulos

anteriores, a fim de demonstrar que a construção das agendas africanas, a diplomacia econômica e as demais ações de política externa tomadas visando à cooperação com o continente possuíam um fim: a integração com a instituição mais importante da África, a União Africana. A partir de então, são analisadas questões como os impasses políticos enfrentados pelo Marrocos, a busca pela consolidação de seus interesses, a atuação em importantes órgãos da UA e, não menos importante, o debate sobre o impasse do Saara Ocidental.

2 O PAPEL DA POLÍTICA EXTERNA MARROQUINA PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS INTERESSES

O Marrocos é um país com uma localização privilegiada ao longo do Estreito de Gibraltar, sendo o único Estado africano que possui costas no Atlântico e no Mediterrâneo (Figura 1). Em função das especificidades de sua localização geográfica, o país constituiu-se historicamente enquanto elo de ligação entre a Europa e a África, atraindo fluxos comerciais e migratórios durante séculos. No entanto, o território marroquino e suas características físicas peculiares foram em grande parte responsáveis pela maneira como se deu a estruturação do Estado, de forma que as áreas mais afastadas dos centros populacionais não fazem parte do que se entende enquanto projeto de nação, o que explica os conflitos políticos com as tribos berberes, por exemplo¹ (WYRTZEN, 2015).

Figura 1 – Localização geográfica do Marrocos



Fonte: United Nations (2005)

¹ Essas regiões constituíam-se enquanto espaços que a ação estatal não era capaz de alcançar, de modo que a forma de organização social predominante era o autogoverno, a exemplo das tribos berberes habitantes do Alto Atlas (WYRTZEN, 2015).

Figura 2 – Localização geográfica do Marrocos, mostrando a fronteira com o Saara Ocidental



Fonte: Wikimedia (2015)

Em 788, cerca de um século após a conquista árabe do Norte da África, o Marrocos passou por um período em que uma série de dinastias muçulmanas disputaram o poder pela região, sendo apenas no século 16, sob a monarquia sa'adí, que o país conseguiu expulsar os invasores estrangeiros. Em 1640, a dinastia Alaouite, à qual pertence a atual família real, chegou ao poder e consolidou a integridade territorial do Marrocos e seu controle político sobre a região. Já em 1860, a Espanha ocupou o norte do Marrocos e deu início a meio século de rivalidade entre as potências europeias, até que, em 1912, os franceses deram início a um regime de protetorado no país. A prolongada luta pela independência com a França terminou em 1956, com a organização de uma nova monarquia constitucional pelo sultão Mohammed

V, que em 1957 assumiu o título de Rei do Marrocos – sendo posteriormente substituído por seu filho, Hassan II, após sua morte em 1961 (WYRTZEN, 2015).

Tabela 1 – Lista de Reis e Primeiros-Ministros do Marrocos após a independência

Rei	Primeiro-Ministro	Período
Mohammed V (1955–1961)	Mbarek Bekkay	1955-1958
	Ahmed Balafrej	1958
	Abdallah Ibrahim	1958-1960
	–	1960-1961
Hassan II (1961–1999)	–	1961-1963
	Ahmed Bahnini	1963-1965
	–	1965-1967
	Mohamed Benhima	1967-1969
	Ahmed Laraki	1969-1971
	Mohammed Karim Lamrani	1971-1972
	Ahmed Osman	1972-1979
	Maati Bouabid	1979-1983
	Mohammed Karim Lamrani	1983-1986
	Azzeddine Laraki	1986-1992
	Mohammed Karim Lamrani	1992-1994
	Abdellatif Filali	1994-1998
Mohammed VI (1999–atual)	Abderrahmane Youssoufi	1998-2002
	Driss Jettou	2002-2007
	Abbas El Fassi	2007-2011
	Abdelilah Benkirane	2011-2017
	Saadeddine Othmani	2017-atual

Fonte: Elaborada pela autora com base em Morocco (2018).

A virada do século XX para o século XXI foi especialmente conturbada para as monarquias árabes, em função da perda de importantes líderes e chefes de Estado: Rei Hassan II, do Marrocos, Rei Hussein, da Jordânia, e o presidente sírio Hafez al Assad. Os três eram considerados políticos carismáticos e diplomatas habilidosos, de forma que, após sua morte, surgiram grandes expectativas em torno da sua sucessão e da manutenção de seus legados. Em função dessas questões, a ascensão de Mohammed VI ao poder em 1999 deu-se em um

contexto de incertezas no plano político, social e econômico, ao passo que o legado político deixado por seu pai trouxe consigo grandes responsabilidades para o herdeiro do trono marroquino (CHARILLON, 2002).

Parte dessas responsabilidades se concentravam em torno da expectativa pela continuidade da política externa que vinha sendo empregada por Hassan II, as quais eram exercidas não somente por parte de grupos de interesse domésticos, como também por parte de agentes externos. A manutenção da orientação política marroquina no plano externo se justificaria pela necessidade de tratar com especial atenção certos temas considerados essenciais para os interesses estratégicos da nação: a questão do Saara Ocidental, os detalhes da parceria Euro-Mediterrânica e as relações com a União Europeia e seus Estados-membro – em particular a Espanha (CHARILLON, 2002; DESRUES, 2000).

Em função da centralidade dessas questões para a política externa marroquina, Mohammed VI optou pela continuidade da postura diplomática exercida por seu pai. É válido notar, porém, que o novo rei buscou também ampliar o leque de relações do país em função de renovados interesses estratégicos, em que pese o papel do continente africano para a consecução dessas pautas (EL HOUDAIGUI, 2018; SEHIMI, 2003). O presente capítulo busca, então, traçar um panorama sobre a evolução da política externa marroquina, a fim de compreender os determinantes responsáveis pelas nuances de continuidade e ruptura em termos de política externa durante o reinado de Mohammed VI.

2.1 A ESTRUTURA DA POLÍTICA EXTERNA NO MARROCOS SEGUNDO SEUS DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRATÉGICOS

As relações internacionais são um espaço de disputa política no Marrocos desde sua independência em 1956, em função da importância estratégica que as pautas de política externa representam tanto para o país quanto para as articulações e arranjos de poder regionais. É por isso que o monopólio da diplomacia e assuntos internacionais por parte da Monarquia configura-se como instrumento fundamental para a conservação do poder real e para a consolidação da soberania nacional marroquina. Nesse sentido, o processo de descolonização da África e, em especial, do mundo árabe, trouxe grande influência sobre as orientações das relações construídas a partir de tais fenômenos políticos e sociais, sejam essas

relações no âmbito regional ou internacional (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013; FERNÁNDEZ-MOLINA; FELIU; LARRAMENDI, 2018; LARRAMENDI, 2012).

Em alguns países do Norte da África, como Egito, Argélia e Líbia, o processo de descolonização trouxe consigo o remanejamento das forças sociais internas, em que pese a adoção de uma posição revisionista frente à distribuição de poder no sistema internacional. Porém, durante o período de independência, as elites dominantes de países como Marrocos, Tunísia e Mauritânia adotaram uma postura de alinhamento em relação aos países do centro, buscando ainda assim manter sua autonomia nas decisões e sua capacidade de influência regional. No caso marroquino, esse alinhamento é explicado por dois fatores: a necessidade de se afirmar como uma força estabilizadora na região do Euro-Mediterrâneo, especialmente frente aos desdobramentos do conflito árabe-israelense; e o desejo de se alinhar conforme os interesses dos países do Ocidente na África Subsaariana, a fim de barganhar o apoio do bloco no conflito do Saara Ocidental² – levando em consideração que o contexto da Guerra Fria restringia as possibilidades de articulação do país no cenário internacional (FERNÁNDEZ-MOLINA; FELIU; LARRAMENDI, 2018).

A centralidade do poder monárquico e a legitimidade dada pela sociedade a esta instituição são também fatores relevantes para a consolidação da política externa marroquina no pós independência. Isto pois a hegemonia do rei confere ao Estado uma maior legitimidade em suas ações de política externa, especialmente em um contexto de incertezas no âmbito doméstico e no plano internacional. Não se deve esquecer que o Marrocos, apesar de todas as particularidades políticas que conferem às instituições do Estado certo grau de secularismo, está circunscrito na lógica da tradição islâmica, e por isto a autoridade conferida ao monarca possui grande simbolismo religioso. Em função disso, os reis marroquinos carregam consigo o título de *amir al muminin* (emir dos crentes), o que na prática significa a sacralização do poder político real e a legitimação da autoridade monárquica como fonte única e direta de poder divino, não devendo, portanto, ser dividida entre a classe política nacional (DESRUES, 2000; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

² A questão do Saara Ocidental envolveu todos os países do continente por meio de sua atuação na Organização da Unidade Africana (OUA), porém o impacto foi especialmente intenso na região do Magreb em função das interconexões que envolvem cada um dos atores interessados na disputa. Fundamentalmente, o conflito envolveu o Marrocos e os rebeldes saarauís, mas a Mauritânia, a Argélia e a Líbia também participaram de maneira significativa no conflito, de forma que cada ator convocou sua rede de aliados em busca de apoio diplomático – envolvendo, assim, a maioria dos Estados magrebinos no conflito (CHAZAN *et al*, 1999).

O processo de independência trouxe consigo disputas de poder entre os novos grupos insurgentes, representados pelas figuras dos partidos políticos, e a autoridade real, representada nesse momento de transição por Hassan II. A habilidade do monarca em manter para si a hegemonia dos chamados *domínios reservados* do país (ou seja, os assuntos em matéria de política externa, aspectos domésticos, justiça e questões religiosas) durante o período de turbulência política conferiu ao Estado marroquino a vitória sobre as reivindicações de democratização da vida política, as quais partiam dos partidos políticos e demais movimentos sociais. O fato de as decisões mais importantes para os rumos do país serem tomadas em gabinetes é também um fator de extrema relevância, pois mostra que a influência da sociedade e demais atores sobre os temas internacionais é baixa ou nula, de forma que se refletem na política externa marroquina quase que exclusivamente os interesses de pequenas elites – nomeadamente, os “amigos do rei”, cujos interesses convergem com aqueles de grupos europeus e norte americanos (DESRUES, 2000; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

A partir dessas condições estruturais, que dizem respeito à construção do Estado marroquino como unidade política independente, e conjunturais, que correspondem às disputas internas pela hegemonia das questões de domínio reservado no pós independência, tem-se que o processo de construção da matriz de política externa³ do Marrocos foi determinado pela interação desses fatores. Isso explica por que há um elevado nível de influência das questões domésticas sobre a política externa marroquina e por que os fatores com peso na esfera internacional em grande parte condicionam e justificam as decisões tomadas no plano doméstico. Exemplo deste último ponto é a utilização da imperativa de integração territorial, a partir do domínio completo do Saara Ocidental, como justificativa para manter os assuntos de política externa nas mãos do rei, em detrimento de uma abertura política em que se dê maior peso para o papel desempenhado pelos Ministérios e pelo próprio chefe de governo (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013; LARRAMENDI, 2012).

A matriz de política externa marroquina constitui-se, então, segundo Irene Fernández-Molina (2013), com base em algumas constantes: a necessidade de auto afirmação e projeção do Estado por meio de suas alianças e ações no plano internacional; a priorização de seus objetivos em relação à demarcação territorial do Estado marroquino; a configuração

³ O conceito utilizado de matriz de política externa é aquele definido por Ricardo Sennes, em que “[...] matriz diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional” (SENNES, 2003, p. 36).

de uma instabilidade conflituosa no plano regional a partir das relações com a Argélia e a Espanha; a inclinação para a manutenção de relações com a Europa e a tendência de alinhamento pró-ocidente; a aposta no pan-islamismo como alternativa ao panarabismo; e, por fim, a tentativa constante de manter a autonomia do país por meio da diversificação de suas parcerias e alianças. Levando em conta o escopo do capítulo e deste trabalho de conclusão em específico, serão destacados três aspectos da matriz de política externa marroquina, quais sejam, a projeção do Estado no plano internacional a partir de suas alianças estratégicas, a importância dada à integração do território marroquino e a primazia pela autonomia e diversificação das parcerias.

Estes três aspectos da política externa do Marrocos estão intrinsecamente relacionados, de forma que as estratégias de inserção regional, continental e internacional do país durante o século XX – e também hoje – são em grande parte resultado da confluência dos interesses derivados desta matriz. A importância dada às reivindicações sobre o controle do território do Saara Ocidental explica o porquê de sempre estar presente no discurso oficial a tônica da *soberania* e da *integração territorial* marroquina, a partir da qual se empreendem todos os esforços para assegurar que o domínio sobre a região saarauí não esteja sob ameaça. Além disso, a política externa se articula com o processo de construção do Estado também na medida em que é utilizada como ferramenta de inserção internacional, pois passa a pautar os espaços de projeção em que o país irá se lançar e a indicar a capacidade do Estado em manter sua autonomia e soberania em um contexto de alianças e disputas (EL HOUDAIGUI, 2014; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

Para tanto, dois imperativos determinam a tônica das alianças e parcerias empreendidas pelo Marrocos no contexto internacional: o paradigma do desenvolvimento e o da segurança. O primeiro se relaciona com a dimensão geoeconômica da política externa do país, através da qual se busca consolidar um ambiente favorável à construção de parcerias econômicas no contexto da globalização e interdependência crescentes no cenário internacional. A diplomacia passa a servir, então, como instrumento de *promoção* e *prospecção* dessas alianças, em que o discurso real atua de forma a colaborar para a construção de uma imagem positiva do Marrocos no exterior, e a política externa age de maneira a atenuar as limitações da globalização econômica por meio da atuação ativa do Estado em diversas frentes de negociação, sejam elas regionais, continentais ou internacionais (EL HOUDAIGUI, 2014).

O conceito de diplomacia econômica é fundamental para a compreensão das ações estratégicas do Marrocos na África, Oriente Médio, na região do Euro-Mediterrâneo e em relação a seus aliados do Ocidente, pois abarca “o conjunto de mecanismos e práticas adotadas por indivíduos ou grupos, estatais ou não-estatais, com a finalidade de alcançar os objetivos econômicos de um Estado através do uso de meios políticos, ou para alcançar objetivos políticos através da utilização de meios econômicos” (DAFIR, 2012, p. 76, tradução da autora⁴). No que tange às relações econômicas do Marrocos com a União Europeia (UE), as alianças tradicionais com os países do Euro-Mediterrâneo são motivadas em grande parte por uma visão construída sobre o papel do Marrocos em promover o desenvolvimento político e econômico na região do Norte da África/Magreb. Esta percepção sobre a importância do país como ator regional está diretamente relacionada com ambos os paradigmas apontados no parágrafo anterior, ao passo que busca justificar as ações de política doméstica e externa com fins estratégicos a partir de uma determinação sobre os imperativos de desenvolvimento e segurança, em que se busca uma projeção do Estado em um espaço em que as disputas de poder demarcam rivalidades históricas (EL HOUDAIGUI, 2014; ZISENWINE, 2013).

O paradigma da segurança está profundamente enraizado na matriz de política externa do país, pois é o argumento que sustenta aquele que é o eixo mais importante para a construção do Estado nacional marroquino: a busca pela preservação da sua soberania e integridade territorial, em que pese a legitimidade da autoridade real para a construção de uma identidade nacional a partir desses elementos. Essa lógica é condicionada, porém, por certos fatores que irão constranger as ações de política externa do país conforme o período e conjuntura; e, em função dessa visão sobre a soberania nacional e a necessidade de projeção de poder para atingir meios securitários e/ou econômicos, configura-se uma importante constante em termos de estratégia internacional: a busca pela autonomia e diversificação das parcerias, por meio dos chamados *jogos triangulares* (EL HOUDAIGUI, 2014; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013). Esse aspecto da política externa marroquina pode ser explicado da seguinte maneira:

Essa atitude responde, por um lado, ao modo particular marroquino de entender o não-alinhamento, que sempre combinou a lealdade aos aliados prioritários (França e Estados Unidos) com o desejo de autonomia e diversificação das relações políticas e

⁴ Do original em francês: "Il s'agit de «l'ensemble des mécanismes et pratiques adoptés par des individus ou groupes, étatique ou non-étatique, dans le but de réaliser les objectifs économiques d'un État par le recours à des moyens politiques, ou de réaliser les objectifs politiques par le recours à des moyens économiques»."

econômicas. Um "desejo de independência e equilíbrio entre as grandes potências" enfatizado pelo discurso oficial, especialmente em tempos de Guerra Fria, quando o Marrocos alegou não se integrar em nenhum dos dois grandes blocos e se vangloriou de suas "relações amistosas baseadas na abertura, sem preconceitos ideológicos", com os países socialistas (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013, p. 102, tradução da autora⁵).

Assim, a política externa marroquina constitui-se de maneira a buscar, por um lado, a inserção internacional do país em um sistema internacional marcado por pressões, constrangimentos e normas políticas, sociais e econômicas que reforçam a continuidade das relações de dependência; e, por outro, a auto afirmação do Estado nacional por meio da projeção de suas capacidades no entorno regional (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013). Essa dinamicidade é o que confere ao Marrocos a capacidade de atuação no sistema internacional de uma maneira, até certo ponto, independente, em que são empreendidas três grandes estratégias de inserção global: a consolidação de redes de relações que garantem a defesa dos interesses do Estado no plano externo; a participação em debates internacionais como forma de institucionalizar suas relações; e, por fim, a busca pelo equilíbrio em suas alianças por meio da diversificação das parcerias (EL HOUDAIGUI, 2014)

2.2 A POLÍTICA EXTERNA DE MOHAMMED VI (1999-2018): DESAFIOS, RUPTURAS E CONTINUIDADES

Conforme abordado na seção interior, o campo das relações internacionais é objeto de disputa política no Marrocos desde sua independência, em função da importância estratégica que as pautas de política externa representam tanto para o país quanto para as articulações e arranjos de poder regionais. O momento da ascensão ao poder do Rei Mohammed VI, em 1999, marca um novo momento da política externa marroquina, em que se busca ampliar o leque de alianças continentais do país em função de uma nova visão sobre o papel que estes atores desempenham dentro das prioridades estratégicas do reino (LARRAMENDI, 2012). A partir disso, conforme assinalado anteriormente, a variável central para a matriz de política externa marroquina é o conflito do Saara Ocidental, visto que é um tema que coloca em jogo

⁵ Do original em espanhol: "Esta actitud responde, por un lado, a la particular forma marroquí de entender el no alineamiento, que ha combinado siempre la fidelidad a los aliados prioritarios (Francia y Estados Unidos) con la voluntad de autonomía y diversificación de las relaciones políticas y económicas. Un "deseo de independencia y equilibrio entre las grandes potencias" enfatizado por el discurso oficial especialmente en tiempos de la Guerra Fria, cuando Marruecos afirmaba no estar integrado en ninguno de los dos grandes bloques y alardeaba de sus "relaciones amistosas basadas en la franqueza, sin prejuicios ideológicos", con los países socialistas."

não só a questão da capacidade de projeção de poder do país, como também evidencia a vitalidade dessa política de dominação territorial para a manutenção do sentimento de nacionalismo construído internamente a partir da imagem de um “*campeão da integração territorial nacional*” (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016, p. 47, tradução da autora⁶).

Em termos conjunturais, a ascensão de Mohammed VI ao poder é marcada por novas dinâmicas no âmbito global, em que pese a seguinte análise sobre o tema:

O fenômeno dinâmico da integração dos Estados em blocos regionais em diferentes áreas do mundo, conhecido como regionalismo, ganhou um novo ímpeto após o fim da Guerra Fria e em uma complexa relação dialética com o processo de globalização. Se seu predecessor (Hassan II) havia se baseado em uma visão essencialmente geopolítica, o chamado *novo regionalismo* estaria mais relacionado com a *geoeconomia* (aceitação da economia de mercado como princípio organizador, funcional e normativo) e *geosociedade* (participação dos atores não governamentais de natureza diversa) (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013, p. 109, tradução da autora⁷).

A partir disso, dois grandes eixos irão marcar a política externa do novo rei: a consolidação de uma diplomacia econômica e a busca pela extensão em nível internacional das políticas domésticas marroquinas. O primeiro eixo corresponde, basicamente, a uma resposta aos processos de liberalização econômica empregados amplamente no país nas décadas anteriores, de forma que eram necessários ajustes macroeconômicos tanto no nível interno quanto externo. Desta forma, a diplomacia econômica empregada por Mohammed busca uma diversificação das relações multilaterais com instituições internacionais, ao passo que buscava promover o país no exterior. Enquanto isso, o segundo eixo de política externa corresponde aos esforços marroquinos no sentido de alcançar internacionalmente o reconhecimento de seu controle sobre o Saara Ocidental, de forma que esta já consolidada política doméstica se concretize no plano das relações externas do país. De forma simplificada, o Marrocos busca seu reconhecimento como “[...] um país que reconquistou sua integridade territorial” (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016, p. 20, tradução da autora⁸).

⁶ Do original em inglês: “champion of national territorial integrity.”

⁷ Do original em espanhol: “El fenómeno dinámico de integración de Estados en bloques regionales en distintas zonas del mundo que se conoce como regionalismo cobró un impulso renovado a raíz del fin de la Guerra Fría y en una relación de compleja dialéctica con el proceso de globalización. Si su predecesor (Hassan II) se había basado en una visión esencialmente geopolítica, el llamado *nuevo regionalismo* iba a guardar más relación con la *geoeconomía* (aceptación de la economía de mercado como principio organizativo, funcional y normativo) y la *geosociedad* (participación de actores no gubernamentales de índole diversa).”

⁸ Do original em inglês: “[...] a country that has regained its territorial integrity.”

Para além das questões tradicionais em termos de política externa, Mohammed VI também teve de abarcar em sua estratégia internacional novos fatores que passaram a condicionar as ações dos Estados no sistema internacional quando da virada do século XX para o século XXI. Para além das mudanças de dinâmica provenientes do fim da Guerra Fria e dos processos de liberalização e intensificação das relações de interdependência global ocorridos durante os anos 1990, o novo rei teve também de lidar com outro desafio: a nova postura dos Estados Unidos em relação aos países árabes após os atentados de 11 de setembro de 2001. Isso pois a tônica do discurso da Guerra ao Terror representava uma ameaça à posição de privilégio que o Marrocos ocupava em seu contexto regional, em função da construção da imagem de um inimigo muçulmano/islâmico a partir dos ataques de 11-S (LARRAMENDI, 2012).

A partir de então, a estratégia adotada por Mohammed VI foi de utilizar suas relações com os Estados Unidos como instrumento político a fim de evitar seu isolamento internacional e, ainda, barganhar a posição de sócio privilegiado de Washington na Guerra ao Terror. Um importante resultado dessa aliança estratégica foi o início das negociações sobre o acordo bilateral de livre comércio entre os dois países, o qual trouxe novos rumos para as relações entre Marrocos e Estados Unidos e acarretou grandes impactos no plano doméstico marroquino e também nas relações com os aliados europeus (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016; LARRAMENDI, 2012).

No que tange às relações com os Estados Unidos, o acordo de livre comércio veio na esteira da aliança estratégica antiterrorismo. A cooperação securitária é uma das áreas de maior intensificação nas relações entre os dois países, principalmente no que tange ao papel do Marrocos no desmantelamento de redes terroristas da região do Magreb instaladas na Europa, assim como na execução de operações de inteligência no Norte da África. Além disso, o fato de Rabat possuir status de *aliado preferencial* da OTAN permite que o reino adquira material militar norte americano e obtenha transferências de tecnologia de maneira privilegiada. De maneira geral, a aproximação com os Estados Unidos após 2001 possui um objetivo bastante claro do ponto de vista marroquino: compensar sua perda de relevância geopolítica após o fim da Guerra Fria (LARRAMENDI, 2012)

Essa aliança na Guerra ao Terror trouxe consigo uma série de implicações sociais e políticas no âmbito doméstico marroquino. Isso porque a estratégia de Washington para neutralizar as forças islâmicas anti-estadunidenses consistia no incentivo à promoção de

medidas de democratização dos regimes da região do Oriente Médio e Norte da África, e o papel de aliados como o Marrocos era justamente atuar como modelo de democracia islâmica, a fim de estimular a mudança pela liberalização em outros países da região (LARRAMENDI, 2012). Vale destacar, porém, que as reformas liberalizantes empreendidas por Mohammed VI ainda eram muito limitadas, em função da própria necessidade de manter sob controle da autoridade real os domínios reservados do país. Em função disso, os principais eixos que de fato sofreram alguma alteração a partir das reformas liberalizantes foram os direitos humanos, as eleições e a integração dos movimentos islâmicos (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016).

No que diz respeito às reformas feitas pelas autoridades marroquinas para se adaptar aos padrões democráticos internacionais após a sucessão de Mohammed VI, estas iam desde as reformas dos direitos humanos (simbolicamente acabando com a impunidade pelas violações dos direitos humanos cometidas durante os chamados *anos de chumbo*, reconhecimento da identidade Amazigh, reforma do código familiar e promoção dos direitos das mulheres), à realização de eleições mais regulares e transparentes (independentemente do seu impacto real na distribuição do poder) e à integração institucional de parte do movimento islamista, que foi considerada exemplar por analistas estadunidenses que defendem a regularização de partidos islâmicos "moderados" (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016, p. 195, tradução da autora⁹).

Essas mudanças eram não só resultado de expectativas externas como também de pressões domésticas sobre o novo rei, que teve de acomodar as demandas dos grupos opositores dentro de seu regime de forma a reduzir as pressões políticas e garantir a estabilidade de seu governo. A herança autoritária deixada por Hassan II já não se adaptava aos renovados interesses da sociedade marroquina, de forma que Mohammed VI teve de levar a cabo um processo de transição que equilibrasse as necessidades de liberalização social e política com a manutenção de sua hegemonia em relação a outros grupos de poder. Cabe destacar que o processo de mudança que leva à instauração de um regime liberal passa necessariamente pela institucionalização da separação dos poderes políticos dentro de um marco legal, pela realização de eleições periódicas, transparentes e plurais que permitam a

⁹ Do original em inglês: “As regards the reforms made by the Moroccan authorities to adapt to international democratic standards after Mohammed VI’s succession, these ranged from human rights reforms (symbolically ending impunity for the human rights violations committed during the so-called years of lead, recognition of Amazigh identity, reform of the family code and promotion of women’s rights) to holding more regular and transparent elections (regardless of their real impact on the distribution of power) to the institutional integration of part of the Islamist movement, which was regarded as a yardstick by U.S. analysts advocating for the normalisation of ‘moderate’ Islamist parties.”

transição das elites políticas e a formação de partidos políticos que agreguem os interesses da sociedade civil (DESRUES, 2000).

Em seu primeiro discurso direcionado à nação, Mohammed VI marcou o tom que desejava conferir a seu reinado ao destacar a importância da "monarquia constitucional, o sistema multipartidário, o liberalismo econômico, a política de regionalização e descentralização, a construção do estado de direito, a salvaguarda dos direitos humanos e das liberdades individuais e coletivas, e a manutenção da segurança e da estabilidade para todos" (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016, p. 147, tradução da autora¹⁰). A análise de este e outros discursos do rei de fato mostra que Mohammed VI parece estar comprometido com a democratização política do país, principalmente quando se observa as concessões feitas a partir da promulgação da Constituição de 2011. Porém o cumprimento dessas medidas e sua larga aplicação na prática ainda são desafios para a autoridade política real, tendo em vista que colocar poder nas mãos da sociedade civil através da realização de eleições e permitir a organização de uma transição de elites no poder representa também a perda da hegemonia do poder do rei (DESRUES, 2000; JAIDI, 2016).

De fato, a realidade observada mostra que o funcionamento do sistema político durante essas primeiras décadas de reinado não corresponde às expectativas da sociedade ou às propostas do discurso de Mohammed VI. Isso porque o processo de democratização está sendo controlado pelo próprio rei, de forma que o surgimento de um governo executivo eleito pela sociedade civil responsável por administrar os assuntos públicos conjuntamente com os órgãos ministeriais é significativamente limitado pelas decisões tomadas em outro centro de poder, constituído em torno do rei e suas esferas de influência (JAIDI, 2016). Esse processo foi ainda mais intenso nas áreas consideradas de domínio reservado do poder real, em razão da necessidade de manter as temáticas relacionadas à soberania defesa nacional, política externa, aspectos domésticos, justiça e questões religiosas nas mãos do rei, conforme estabelece a *tradição histórica* marroquina (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

Apesar de não haver mudanças substanciais em termos de política doméstica, principalmente no que tange à condução do regime político, é correto afirmar que no campo das relações internacionais o Marrocos empregou uma série de movimentos subsistêmicos que

¹⁰ Do original em espanhol: "la monarquía constitucional, el pluripartidismo, el liberalismo económico, la política de regionalización y de descentralización, la construcción del Estado de derecho, la salvaguarda de los derechos humanos y de las libertades individuales y colectivas, y el mantenimiento de la seguridad y la estabilidad para todos."

resultaram em modificações do modo de conduzir a política externa. Como exemplo disso, tem-se a reforma do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Cooperação (MAEC), que passou por um processo de modernização e ajuste fiscal, incentivo à diplomacia econômica (com a contratação de conselheiros econômicos nas embaixadas e consulados) e a reforma na gestão de recursos humanos, para tornar mais objetivos os critérios de admissão na carreira diplomática. Conforme explica Irene Fernández-Molina (2013, p. 634, tradução da autora¹¹):

A principal mudança tangível que se viu nos anos seguintes foi uma ampla renovação do corpo de embaixadores, destinada a dar maior peso aos países africanos e latino-americanos, promover a mudança geracional dos seus membros e incorporar figuras dos partidos políticos da oposição histórica, do mundo acadêmico e da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o Ministério do Interior promoveu a nomeação de sindicalistas saaraus ou dos *aidin* [repatriados] da Frente Polisario em representações diplomáticas relevantes ou na liderança do próprio MAEC.

De maneira mais concreta, as mudanças de postura no ambiente externo empregadas pelo próprio rei são um importante termômetro para avaliar em que medida sua ascensão ao poder representou rupturas ou continuidades em relação ao reinado de Hassan II. A definição de política externa como prolongação dos assuntos domésticos traz consigo uma importante consideração: as relações internacionais do país são fundamentais para a consecução dos objetivos estratégicos do Estado no plano doméstico – em que pesem os dois imperativos responsáveis por determinar o tom das ações externas marroquinas, o paradigma do desenvolvimento e o da segurança (EL HOUDAIGUI, 2014).

Nesse sentido, a busca pela diversificação das alianças internacionais do país foi empreendida tanto em função da necessidade de consolidar o apoio à causa do Saara Ocidental, quanto com o objetivo de descentralizar os esforços diplomáticos da região do Euro-Mediterrâneo em busca de novos e mais variados parceiros econômicos (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016). É neste contexto que emerge a aproximação com os vizinhos africanos, que surge timidamente nos anos 2000 e a partir de então torna-se uma prioridade da política externa marroquina. A avaliação do Reino quanto à sua projeção internacional passou a ter um caráter mais pragmático, onde se buscou consolidar o papel do

¹¹ Do original em espanhol: “El principal cambio tangible que se apreció en los años posteriores fue una amplia renovación del cuerpo de embajadores, destinada a dar mayor peso a los países africanos y latinoamericanos, impulsar el recambio generacional de sus integrantes e incorporar a figuras de los partidos políticos de la oposición histórica, el mundo académico y la sociedad civil. Paralelamente, desde el Ministerio del Interior se promovió el nombramiento de saharauis unionistas o *aidin* desertores del Frente Polisario en representaciones diplomáticas relevantes o la cúpula del propio MAEC.”

Marrocos como potência continental capaz de liderar a cooperação Sul-Sul e agir como uma ponte entre a África e a União Europeia (LARRAMENDI; TOMÉ-ALONSO, 2017)

Alain Antil (2010) explica que o pai e antecessor de Mohammed VI, Hassan II, mantinha uma linha de política externa mais “radical” em função do impasse com a região do Saara Ocidental. Isto porque, a partir dos anos 1980, quando houve um movimento internacional e de grande relevância na África (principalmente na região Subsaariana) pelo reconhecimento da República Árabe Saarauí Democrática (RASD), o Marrocos passou a pautar suas relações com os países da África Subsaariana tendo em vista seus interesses estratégicos na região. Assim, a hierarquização das relações internacionais marroquinas em relação aos vizinhos africanos dava-se de acordo com a seguinte divisão: de um lado, havia o grupo de países que reconheciam a soberania da região do Saara Ocidental; de outro, o grupo de países que não admitiam a legitimidade da República Árabe Saarauí Democrática. A estratégia marroquina, então, era a manutenção de laços políticos e econômicos somente com os países deste segundo bloco, de forma que a política externa do país para o continente africano foi limitada consideravelmente a partir dos anos 1980, restringindo em muito o poder de influência marroquino sobre a agenda política do continente (ANTIL, 2010).

Esta dinâmica é fundamental para a compreensão do fenômeno de retirada do Marrocos da Organização da Unidade Africana (predecessora da União Africana), entidade composta majoritariamente por países da África Subsaariana cuja posição perante o impasse entre Marrocos e a República Árabe Saarauí Democrática era favorável à causa saarauí. Na verdade, o principal motivo que levou o país a deixar a organização foi o fato de a RASD estar presente na Organização da Unidade Africana (OUA), o que automaticamente implicava no seu reconhecimento como Estado independente pelos demais países que constituíam a organização. Assim, tendo em vista que ambos os discursos de política externa e doméstica marroquinos eram, e ainda são, construídos pela visão de sua legitimidade na dominação (ou integração, de acordo com a retórica real) sobre o território do Saara Ocidental, a continuidade na OUA não só significaria uma contradição em termos do discurso marroquino, como também representaria uma ameaça real aos seus interesses na região saarauí (ANTIL, 2010; CHAZAN *et al*, 1999).

A justificativa para a postura isolacionista de Hassan II era, portanto, o impasse político que o Marrocos teria de enfrentar caso optasse pela continuação das relações com seus vizinhos africanos. Esta política isolacionista se manteve até a ascensão de Mohammed

VI ao trono e a conseqüente inauguração de uma nova fase da política externa marroquina, que traz tanto elementos de continuidade quanto de ruptura em relação às pautas promovidas por seu pai. Vale ressaltar que a conjuntura internacional no momento se mostrava favorável à flexibilização das relações internacionais marroquinas, visto que a causa saarauí já havia perdido o ânimo inicial e o número de países africanos que antes reconheciam a soberania da RASD havia diminuído. Assim, segundo Antil (2010, p. 6, tradução da autora¹²), “a estratégia não era mais boicotar os países que reconheciam a RASD, mas sim buscar uma postura sedutora em relação a eles”.

É neste ponto que a análise de Antil se insere de maneira mais direta no tema deste trabalho, visto que é a partir do marco temporal delimitado pela ascensão de Mohammed VI ao poder e da nova estratégia para os países africanos inaugurada por ele que se observa a quebra do histórico insulamento continental do Marrocos e a inserção do país em uma matriz de política externa especialmente voltada para a promoção das relações políticas e econômicas com a África Subsaariana. Segundo o autor, a partir dos anos 2000 se vê um crescente, ainda que sutil, esforço por parte do próprio Rei Mohammed em mostrar que o Marrocos está do lado de seus irmãos africanos. Um dos principais atos que marca o início dessa nova fase foi o discurso do rei na 1ª Cúpula África-Europa, em 2000, onde ele anunciou que cancelaria as dívidas dos países subdesenvolvidos africanos e abriria o mercado marroquino a todos eles, de forma a demonstrar sua vontade de cooperar em nome do desenvolvimento político e econômico da África (ANTIL, 2010).

A fase inicial da nova política externa de Rabat deu-se no sentido de uma aproximação diplomática com a África Subsaariana, o que traz à tona o tom de cautela que sempre esteve presente nas ações de política externa marroquinas. Isto porque a política sedutora empreendida pelo país buscava, antes de tudo, romper com seu isolacionismo histórico com o fim de reconstruir a sua imagem perante os vizinhos africanos. Além disso, o objetivo final de toda esta concertação política era concretizar no plano internacional aquilo que já estava consolidado no plano interno: a aceitação sobre a integração do Saara Ocidental; para isto, porém, era fundamental conquistar o apoio político dos países da África Subsaariana (ANTIL; 2010; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016).

¹² Do original em francês: “La stratégie n'est plus de boycotter les pays reconnaissant pas la RASD mais au contraire d'être dans une posture de séduction.”

O número de viagens oficiais em direção à África Subsaariana aumentou significativamente nos anos seguintes à ascensão de Mohammed VI ao poder, concomitantemente ao número de visitas feitas por líderes africanos a Rabat. Além disso, cresceu também o número de acordos de cooperação técnica assinados pelo país, as embaixadas marroquinas inauguradas no continente e também o número de representações diplomáticas africanas em Rabat. Isto mostra que a reaproximação com a África se dava a passos lentos, porém firmes, de modo que a estratégia de "sedução" empreendida por Mohammed VI se encaminhava para sua próxima fase: a diplomacia econômica, que será explicada no próximo capítulo (ANTIL, 2010).

De forma geral, a matriz de política externa marroquina – cujos termos foram expostos na seção anterior – não sofreu grandes alterações a partir de 1999, havendo apenas um rearranjo das prioridades do reino em relação às regiões estratégicas e quanto à forma de conduzir suas relações internacionais, conforme mostrou a análise feita nos últimos parágrafos a respeito da projeção marroquina sobre a África Subsaariana. Essa nova postura de Mohammed VI pode ser resumida através do estabelecimento dos seguintes objetivos: (i) reconhecimento por parte da comunidade internacional da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental; (ii) instituição da diplomacia como instrumento de consolidação dos objetivos gerais do Estado, sejam internos ou externos; (iii) fundação de uma estratégia de desenvolvimento econômico integrada internacionalmente; (iv) suavização dos impactos negativos da liberalização econômica sobre o desenvolvimento marroquino por meio da integração nos mercados globais e regionais; (v) exploração estratégica de novos espaços e regiões do mundo a partir de parcerias econômicas; (vi) manutenção do papel de estabilizador regional (no entorno do Magreb, mundo árabe e islâmico, região do Euro-Mediterrâneo, continente africano e espaço americano); e (vii) a construção de uma nova imagem frente à comunidade internacional, em que pese o papel da diplomacia para a promoção de um Marrocos democrático e moderno (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

De forma a compreender as nuances de ruptura e continuidade do reinado de Mohammed VI, é importante retomar os principais eixos da matriz de política externa marroquina: (i) a necessidade de autoafirmação e projeção do Estado por meio de suas alianças estratégicas e ações no plano internacional; (ii) a importância da integração territorial; (iii) a projeção de poder como responsável pela configuração de uma instabilidade conflituosa no plano regional, a partir das relações com a Argélia e a Espanha; (iv) a

inclinação para a manutenção de relações com a Europa e a tendência de alinhamento pró-ocidente; (v) a aposta no pan-islamismo como alternativa ao panarabismo; e (vi) a primazia pela autonomia e diversificação das parcerias (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013). Esses paradigmas são sintomáticos da continuidade da política externa do novo rei, pois de fato não houve mudança substancial em relação aos novos pontos elencados como prioridade a partir de 1999.

É interessante notar que algumas das mudanças empregadas no plano externo são muito mais robustas em termos de discurso do que de conteúdo, a exemplo do posicionamento marroquino na região do Magreb. Se a matriz de política externa institui que este é um espaço fundamental para a projeção de poder e influência do Estado marroquino, bem como para a salvaguarda de sua soberania e integridade territorial, o discurso de Mohammed VI afirma que o papel do reino é o de configurar-se como um modelo político capaz de garantir a estabilidade da região. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja mudanças reais em curso na forma de conduzir política externa no Marrocos; o principal exemplo disso é a implementação da diplomacia econômica como instrumento principal de projeção do país no exterior (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013; SEHIMI, 2003).

A ênfase nessa vertente da política externa já era visível durante os últimos anos de reinado de Hassan II, porém foi após 1999 que ela se institucionalizou como ferramenta de internacionalização do país e inserção em novas áreas estratégicas do globo. O ensejo por uma diplomacia econômica surgiu entre as autoridades tecnocratas marroquinas, e ficou a cargo dos responsáveis pela formulação da política externa do país a formalização de “um discurso economista e pragmático, aparentemente despolitizado, que se aplicava de diferentes maneiras às relações com a UE, à integração regional no Magreb, à ação dentro da Liga Árabe ou à *nova política africana* do reino” (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013, p. 168, tradução da autora¹³).

De maneira geral, a política externa do Marrocos sob Mohammed VI passou por um processo de diversificação e reajuste em seus posicionamentos internacionais. Exemplos mais relevantes disso são (i) as articulações com os Estados Unidos e as consequências políticas no âmbito regional, (ii) a tentativa de equilíbrio entre seus aliados tradicionais europeus e seu novo parceiro norte-americano e (iii) a expansão das atividades diplomáticas e econômicas do

¹³ Do original em espanhol: “un discurso economicista y pragmático, aparentemente despolitizado, que se aplicaba con distintas variantes a las relaciones con la UE, la integración regional magrebí, la actuación en el seno de la Liga Árabe o la nueva política africana del reino.”

reino em direção à África Subsaariana (LARRAMENDI, 2012). Todas essas iniciativas se constituem como uma importante parte da agenda internacional marroquina, de forma que o papel desempenhado pela figura de Mohammed VI na consecução dessas pautas tem sido fundamental para a consolidação de novas parcerias e conquista de novos espaços de cooperação. Esse ensejo mostra que o Marrocos está em uma nova fase de sua política externa, em que busca renovar suas vantagens e potencialidades ao mesmo tempo em que se lança em novos espaços geoeconômicos e geopolíticos; nesse sentido, o redirecionamento de sua diplomacia para a África Subsaariana é um passo fundamental para a consolidação de seus novos e ambiciosos interesses (SEHIMI, 2003; WILLIS; MESSARI, 2003).

3 DIPLOMACIA ECONÔMICA COMO VARIÁVEL DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

O engajamento do Marrocos no continente africano coincide com o momento de ascensão da diplomacia econômica como ferramenta de promoção do país e de reconstrução da sua imagem perante os novos atores com os quais passou a se relacionar após a subida de Mohammed VI ao trono. O presente capítulo busca explicar, portanto, de que maneira esse instrumento de política externa se insere na estratégia marroquina para a África e afeta as relações do país com seus aliados. Serão levadas em conta, também, as variáveis domésticas que impulsionaram esse processo, tendo em vista que as abordagens que definem a diplomacia econômica sempre ressaltam que o caráter desse instrumento de política externa é delineado pela necessidade de reduzir déficits estruturais da economia nacional por meio da internacionalização de seus mercados.

3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DIPLOMACIA ECONÔMICA: O CASO DO MARROCOS

Diplomacia econômica é definida, de maneira concisa, como "as ações de atores estatais e não-estatais que visam promover o comércio transfronteiriço e os fluxos de investimento" (MOONS, 2017, p. XVIII, tradução da autora¹⁴). Essa abordagem não explica, no entanto, de que maneira essas ações se articulam com uma estratégia nacional de promoção do país no exterior, e simplifica a diplomacia econômica a uma ferramenta de internacionalização das empresas, negócios e mercados nacionais. No caso marroquino, é preciso ir mais fundo, pois a diplomacia econômica representa muito mais do que uma extensão em nível internacional das ações do mercado; ela é, na verdade, uma importante ferramenta utilizada de forma a dar robustez ao discurso de modernização do sistema política marroquino e de engajamento na cooperação com os países africanos (DAFIR, 2012; EL HOUDAIGUI, 2018).

As abordagens teóricas sobre diplomacia econômica tratam sempre de diferenciar esta da diplomacia tradicional, em que pesem duas considerações sobre seu caráter: o processo de

¹⁴ Do original em inglês: "the actions of both state and non-state actors aimed at promoting cross-border trade and investment flows".

tomada de decisões e a negociação a respeito de temas centrais que afetam as relações econômicas internacionais do país. Esses dois pontos definem a maneira como os Estados irão se engajar economicamente a partir de uma estratégia de internacionalização de seus mercados, de forma que os principais atores envolvidos nesses processos de tomada de decisão e negociação estejam minimamente alinhados com essa estratégia nacional. É a partir dessa diversificação do conjunto de atores engajados na estratégia de inserção internacional do país que se observa a principal diferenciação entre a diplomacia tradicional e a diplomacia econômica: ao passo que aquela está circunscrita quase que exclusivamente ao Estado e instituições responsáveis por confeccionar política externa, esta é muito mais diversificada em termos de participação na formulação de estratégias de negociação e inserção nos mercados internacionais (WOOLCOCK; BAYNE, 2013).

Outro ponto importante a ser analisado são os desafios enfrentados pela diplomacia econômica, tendo em vista o ambiente em que a mesma busca sua consolidação. Ao passo que a diplomacia tradicional, a partir de uma visão realista das relações internacionais, costuma ser definida como o desejo de afirmação da vontade política das atividades independentes dos Estados; a diplomacia econômica é vista como uma ferramenta de equilíbrio e inserção dos Estados em um ambiente internacional cada vez mais complexo, competitivo e interligado economicamente. Ela é, portanto, uma resposta dos Estados ao processo de globalização e financeirização intensificado a partir dos anos 1990, em que existem não apenas objetivos econômicos correspondentes às expectativas do mercado, como também objetivos políticos que, em maior ou menor medida, influenciam a própria estratégia de inserção global desses Estados (LEE; HUDSON, 2004; WOOLCOCK; BAYNE, 2013).

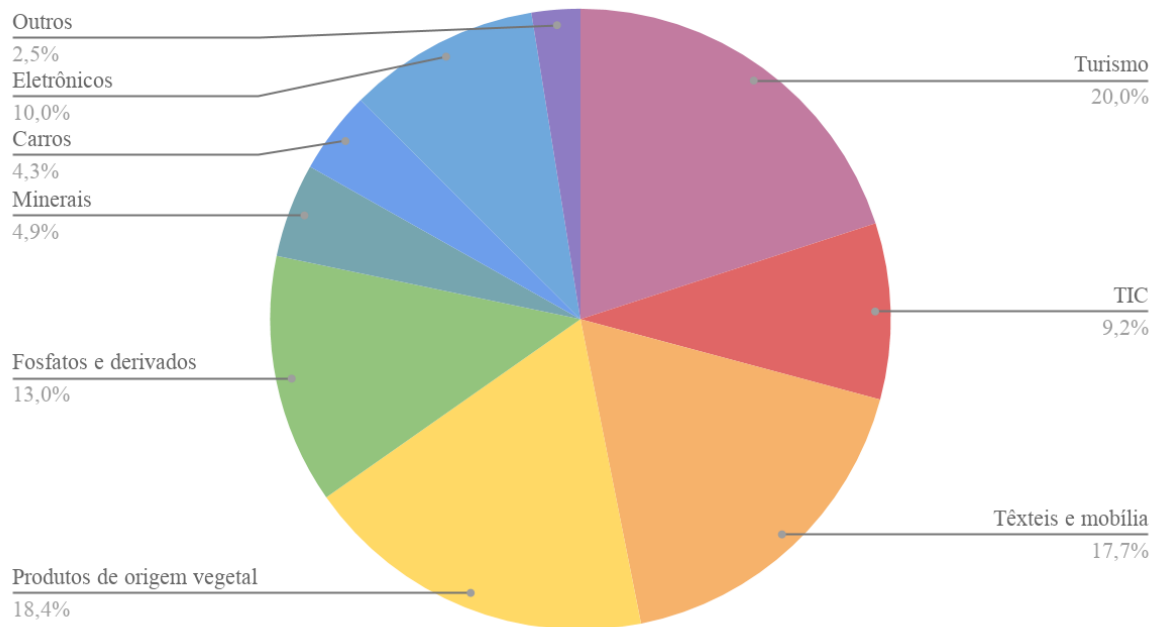
No caso específico de países em desenvolvimento, os novos desafios inaugurados a partir da complexificação do cenário econômico internacional nos anos 1990 e da intensificação das relações de globalização do capital financeiro nos anos 2000 mostraram que era necessário reinventar a maneira como esses Estados interagem no sistema econômico internacional. Isso porque a capacidade decisória desses agentes passou a perder autonomia frente à ascensão de novos atores transnacionais, como as instituições financeiras, bancos, empresas multinacionais e demais instituições representantes do capital de mercado; de forma que o controle sobre a economia nacional se tornou muito mais volátil e os impactos dos negócios internacionais sobre esta passaram a desafiar a autoridade do Estado como entidade única de controle decisório (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016; WOOLCOCK; BAYNE, 2013).

A economia marroquina passou por grandes processos de adaptação e reforma desde a chegada de Mohammed VI ao poder, em 1999, principalmente em razão das políticas liberalizantes empregadas pelo rei e da conseqüente onda de privatizações observada no país. As reformas econômicas empregadas no Marrocos foram subsidiadas, em grande parte, pelo Banco Mundial e pelo FMI, por meio dos chamados *Policy Reform Support Loans* (Empréstimos para Apoio à Reforma Política, em tradução livre), que buscavam reforçar a credibilidade do governo e dar suporte ao seu programa de democratização. A contrapartida desses empréstimos era a privatização de empresas estatais, as quais acabaram sob o domínio de pequenos conglomerados financeiros que centralizaram em si grande parte do poder de mercado dos setores financeiro e bancário, os quais atraíam investimentos massivos do setor externo e do próprio governo (RIVLIN, 2013).

Essas reformas domésticas também tiveram reflexo no setor externo, ao passo que as inovações da política externa de Mohammed VI trouxeram consigo uma importante consideração: a importância da dimensão econômica das relações internacionais do Marrocos e a necessidade de reforma das instituições responsáveis pela promoção do país no exterior. Essa nova visão tinha como objetivo renovar as estruturas da diplomacia marroquina¹⁵ a fim de torná-la mais eficiente e alinhada com as demandas internas do país, de forma que a diplomacia econômica se tornasse um instrumento de extensão, a nível internacional, das políticas de desenvolvimento nacional. Para isso, era fundamental que o Marrocos se engajasse nas articulações a nível global que ocorriam em paralelo às discussões empreendidas nos fóruns econômicos multilaterais, mas que também empreendesse esforços no sentido de apoiar a internacionalização das empresas marroquinas, fortalecer o ramo das exportações, aumentar a atratividade do país em termos de IEDs e contribuir para o desenvolvimento de setores prioritários para a economia nacional, como o turismo (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016).

¹⁵ Dentre as principais reformas empreendidas no seio do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Cooperação, cita-se a reforma do status do corpo diplomático e consular, a introdução de critérios mais objetivos e definidos para promoções e nomeações e a sistematização de exames públicos. De maneira mais específica, o MAEC publicou, em 2009 e 2011, respectivamente, o Guia do Diplomata Marroquino e a Carta de Valores do Diplomata Marroquino, documentos os quais tinham como objetivo instrumentalizar a adoção de novos valores democráticos, profissionais e tecnocráticos por parte do corpo consular e diplomático nacional (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016).

Figura 2 – Composição do PIB marroquino segundo os fatores que compõem sua pauta de exportação



Fonte: Elaborada pela autora com base em Harvard's Center for International Development (2016).

A visão pragmática conferida à diplomacia econômica inaugurou uma nova fase da política externa marroquina, em que o instrumento diplomático tornou-se a moeda de negociação e mediação entre os interesses marroquinos e de seus aliados, conforme a análise de Irene Fernández-Molina sobre o tema aponta:

De acordo com um 'projeto real' definido pela 'primazia da economia sobre a política', oficiais de política externa começaram a moldar um discurso economista supostamente despolitizado e pragmático, que foi aplicado com diferentes variações nas relações com a UE, na integração regional Maghrebi, nas posições do reino dentro da Liga Árabe e na sua aliança com os países do Golfo, e na sua proclamada Nova Política Africana (FERNÁNDEZ-MOLINA, 2016, p. 22, tradução da autora¹⁶).

Esse chamado *projeto real* foi instrumentalizado na prática por meio da integração da diplomacia econômica a uma rede de inteligência econômica nacional, aqui definida como “o conjunto de ações coordenadas de pesquisa, processamento e distribuição, com vistas à sua exploração, de informações úteis aos atores econômicos” (DAFIR, 2014, p. 2, tradução da

¹⁶ Do original em inglês: “In accordance with a ‘royal project’ defined by the ‘primacy of economics over politics’, foreign policy officials started to shape an allegedly depoliticised and pragmatic economic discourse, which was applied with different variations to relations with the EU, Maghrebi regional integration, the kingdom’s positions within the Arab League and its alliance with the Gulf countries, and its proclaimed new African policy”.

autora¹⁷). Em suma, a inteligência econômica é uma estrutura que busca integrar os conhecimentos produzidos no país em termos de comércio, indústria, desenvolvimento econômico e outros assuntos que possam subsidiar o processo de tomada de decisões em diplomacia econômica, seja por parte do Estado e suas instituições, seja por parte dos agentes econômicos envolvidos nos negócios internacionais do país (DAFIR, 2014).

Ao concentrar seus esforços na promoção de interesses econômicos e comerciais, a diplomacia marroquina pretende fortalecer o setor privado nacional por meio da construção de uma ponte institucional entre o Marrocos e os mercados globais. Há de se fazer especial referência, porém, aos esforços empreendidos por Mohammed VI no sentido do estabelecimento de relações especiais no plano regional e continental, na tentativa de fornecer aos agentes privados marroquinos as condições adequadas de acesso aos mercados do Mundo Árabe e da África Subsaariana. Nesse sentido, a diplomacia econômica é uma poderosa ferramenta de influência e projeção internacional, capaz de permitir não somente a consolidação de grandes parcerias econômicas, como também a realização de importantes marcos políticos em que a autoridade real marroquina afirme sua relevância internacional (DAFIR, 2012).

O caráter da estratégia de diplomacia econômica de Mohammed VI é, sobretudo, político. Isto pois a busca por novos mercados, a tentativa de consolidar parcerias na região do Maghreb e na África Subsaariana e o suporte às ações de agentes privados marroquinos em mercados externos marcam o ensejo pela concretização dos objetivos de política externa do novo rei, quais sejam: (i) promover a renovação da imagem do país frente à comunidade internacional; (ii) consolidar a diplomacia como instrumento de concretização dos interesses do Estado; (iii) fundar uma estratégia de desenvolvimento econômico integrada internacionalmente; (iv) suavizar os impactos negativos da liberalização econômica sobre o desenvolvimento marroquino por meio da integração nos mercados globais e regionais; (v) engajar-se na exploração estratégica de novos espaços e regiões do mundo a partir de parcerias econômicas; (vi) manter-se como ator estabilizador do seu entorno regional; e (vii) buscar o pleno reconhecimento da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental (DAFIR, 2012; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2013).

¹⁷ Do original em francês: “l’ensemble des actions coordonnées de recherche, de traitement et de distribution, en vue de son exploitation, de l’information utile aux acteurs économiques”.

O principal desafio enfrentado pela diplomacia econômica marroquina é a falta de visão estratégica dos agentes privados que empreendem nos novos mercados africanos. Apesar de os investimentos marroquinos em direção ao resto do continente terem dado um salto quantitativo a partir da densidade dos esforços diplomáticos do Reino, esses investimentos ainda não foram traduzidos em um aumento nos fluxos de comércio com a África Subsaariana, devido ao fato que os investidores marroquinos não possuem uma visão de integração das suas ações de internacionalização no âmbito de uma decomposição regional dos processos produtivos. Em outras palavras, as indústrias marroquinas ainda não criaram as condições necessárias para a complementaridade das cadeias produtivas a um âmbito interregional, de forma que a atenção do produtor está mais voltada para as demandas internas de mercado que para as demandas de construção de um espaço integrado de comércio e investimento a nível continental (DAFIR, 2012).

Em termos de comércio exterior, os produtos exportados pelo Marrocos para a África Subsaariana, em sua maioria, possuem baixo valor agregado – a exemplo de produtos de origem vegetal e mineral, dentre outros recursos naturais –, de forma que não há muita margem para acréscimo no retorno financeiro dos agentes exportadores. Além disso, a matriz de exportações do país mostra que as multinacionais estrangeiras estabelecidas no Marrocos não possuem a mesma visão sobre as possibilidades de crescimento do mercado africano, e portanto permanecem principalmente orientadas para os mercados tradicionais dos países desenvolvidos. Em termos econômicos, a estratégia diplomática ainda não atingiu os resultados desejados, sejam eles no sentido do aumento da competitividade das empresas marroquinas, melhora da economia doméstica, geração de emprego e renda ou fortalecimento do setor privado. Porém, em se tratando dos objetivos políticos existentes por detrás da diplomacia econômica marroquina, é possível afirmar que houve significativos avanços no sentido de uma aproximação com os mercados emergentes da África Subsaariana e, principalmente, do lançamento de uma Nova Política Africana (DAFIR, 2012; EL HOUDAIGUI, 2018).

3.2 O MARROCOS COMO UM NOVO *PLAYER* ECONÔMICO NO CONTINENTE: PANORAMA SOBRE AS RELAÇÕES COM OS VIZINHOS AFRICANOS

A delimitação da diplomacia econômica como prioridade da política externa marroquina trouxe consigo importantes definições a respeito do caráter das relações do país com o restante do continente africano. A fim de ilustrar as mudanças empreendidas nas relações internacionais do Marrocos a partir da ascensão de Mohammed VI ao poder e compreender em que sentido sua política externa traz elementos estratégicos de busca por influência, é necessário antes fazer um breve apanhado histórico das relações do reino com os países africanos, as quais podem ser divididas em três fases.

A primeira fase data do período logo após a independência, em 1956, em que o Marrocos irá firmar uma série de acordos de cooperação bilateral nos campos político, cultural, econômico e técnico com diversos países da África Ocidental e Central. A segunda fase, e talvez a mais relevante em termos de definição de política externa para a África, data do início do conflito do Saara Ocidental (1976), que passou a definir a tônica das relações com os países do continente a partir da posição desses Estados sobre a questão da integridade territorial do Marrocos. Em um segundo momento, porém, essas relações assumiram uma nova forma com a criação da Agência Marroquina de Cooperação Internacional, em 1986, que buscou dar prioridade às relações de cooperação com os países africanos por meio da assinatura de acordos de natureza econômica (DKHISSI *et al*, 2012).

A terceira e última fase é marcada pela ascensão de Mohammed VI ao poder e à inauguração de uma nova abordagem à cooperação africana, em que se consolidam os esforços empreendidos nas fases anteriores. As principais orientações dessa Nova Política Africana são definidas pelas seguintes temáticas:

Um crescente interesse no setor econômico nas relações do Marrocos com os países da África Subsaariana [...]; a ênfase no desenvolvimento de parcerias genuínas que possam servir melhor os objetivos de desenvolvimento mútuo de ambas as partes; a associação do setor privado na realização desta nova política; a adesão do Marrocos a novos espaços regionais africanos, neste caso a Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD) em 2001; a orientação para o desenvolvimento de relações e acordos com novos grupos regionais, como a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) (DKHISSI *et al*, 2012, p. 16, tradução da autora¹⁸).

¹⁸ Do original em francês: “Un intérêt croissant accordé au secteur économique dans les relations du Maroc avec les pays de l’Afrique subsaharienne [...]; L’accent mis par le Maroc sur le développer de véritables relations de partenariats susceptibles de servir au mieux les objectifs de développement réciproque des deux parties;

Esse breve apanhado histórico sobre as relações do Marrocos com a África nos permite avaliar o pragmatismo que sempre esteve presente na política externa do reino. Ao compreender o peso político que a decisão pela saída da Organização da Unidade Africana trazia, o Estado marroquino se viu isolado e fragilizado pelas condições conjunturais vigentes, de forma que teve de adotar uma postura mais flexível em relação aos países africanos – até mesmo aqueles que reconheciam a soberania da RASD. A diplomacia serviu, nesse momento, como ferramenta de aproximação ponderada com as diferentes regiões do continente, e passa a marcar a inauguração de uma nova dinâmica de política externa, já sob Mohammed VI, em que o Estado marroquino concede assistência financeira, facilita o acesso a IEDs e dá preferências comerciais e econômicas aos países africanos, enquanto estes garantem ao reino a manutenção de um ambiente jurídico, econômico e político favorável à continuidade dos laços de cooperação e amizade (DAFIR, 2012; DKHISSI *et al*, 2012).

Adimi (2015) argumenta que foi a partir das visitas diplomáticas de Mohammed VI que se estabeleceu o ambiente político para a instituição de parcerias comerciais e econômicas do Marrocos com a África Subsaariana. Isto porque a assinatura dos mais de 300 acordos de cooperação firmados a partir de 2000 trouxe consigo uma série de fatores que criaram um ambiente favorável para a construção de uma estrutura jurídica propícia para o estabelecimento de parcerias econômicas seguras, na maior parte das vezes mais vantajosas para o Marrocos do que para seus parceiros. Assim, a inauguração de cláusulas sobre proteção de investimento, comércio e transferências de dividendo davam certa garantia aos agentes econômicos que firmavam esses acordos de cooperação, de forma que a diplomacia econômica marroquina pôde se consolidar de forma relativamente rápida e segura (ADIMI, 2015).

Além disso, a inauguração de inúmeras embaixadas e consulados marroquinos na África Subsaariana marca a expansão da diplomacia do reino em direção ao sul. A tabela 2 mostra a distribuição das representações diplomáticas do Marrocos nos continentes, a fim de ilustrar a presença massiva de embaixadas no continente africano; enquanto a figura 3 ilustra a

L'association du secteur privé à la réalisation de cette nouvelle politique; L'adhésion du Maroc à de nouveaux espaces régionaux africains, en l'occurrence la Communauté des Etats Sahélo-Sahariens (CEN-SAD) en 2001; L'orientation en faveur du développement de relations et des accords avec de nouveaux groupes régionaux tels que l'Union Economique et Monétaire des Etats d'Afrique de l'Ouest (UEMOA) et la Communauté Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale (CEMAC)".

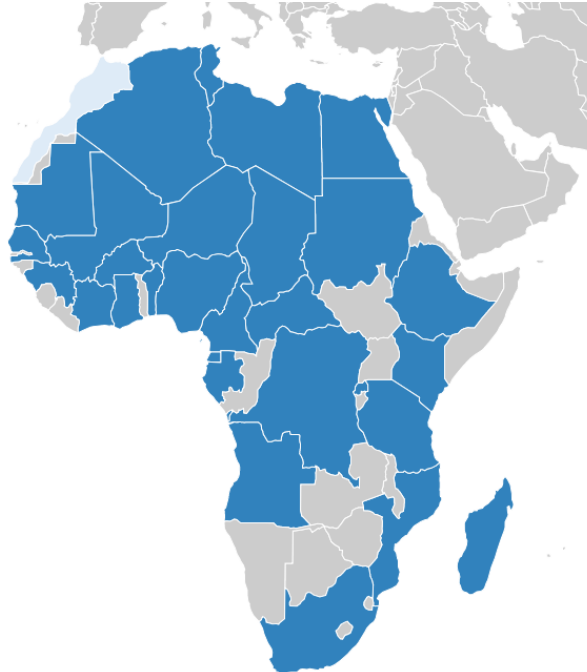
presença diplomática do país na África em específico (com destaque para os países da região subsaariana).

Tabela 2 – Distribuição das embaixadas marroquinas nos continentes

Região	Embaixadas
África	29
América	13
Ásia	25
Europa	26
Oceania	1

Fonte: Elaborada pela autora com base em Embassy Pages (2018).

Figura 3 – Embaixadas marroquinas na África



Fonte: Elaborada pela autora com base em Embassy Pages (2018).

Dentre os principais acordos bilaterais assinados entre o Marrocos e seus parceiros africanos, categorizam-se quatro tipos: (i) acordos baseados na Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF), (ii) acordos comerciais de tipo preferencial, (iii) acordos relativos ao Sistema Global de Preferências Comerciais e (iv) acordos de investimento. As tabelas 3 e 4 demonstram que foi no final dos anos 1980 e o longo dos anos 1990 que se delineou a política de cooperação econômica empreendida pelo Marrocos após sua saída da OUA, conforme assinalado anteriormente. Já a tabela 5 mostra que a nova fase da diplomacia econômica

marroquina, inaugurada por Mohammed VI, possui um caráter diferenciado da política implementada por seu antecessor: por meio da consolidação dos IEDs, o Marrocos busca inserir-se de maneira mais direta nos mercados africanos e nos espaços de diálogo político e econômico do continente (DKHISSI *et al*, 2012).

Tabela 3 – Acordos com países africanos baseados na Cláusula da NMF

País	Data de assinatura
Angola	23/10/1989
Benin	07/03/1991
Burkina Faso	29/06/1996
Camarões	15/04/1987
Chade	04/12/1997
Congo	18/09/1996
Costa do Marfim	22/09/1973 (protocolo adicional em 16/12/1980)
Gabão	06/11/1974
Guiné	12/04/1997
Guiné Equatorial	12/09/1986
Mali	17/09/1987
Níger	07/11/1982
Nigéria	04/04/1977
República Centro Africana	26/06/1986

Fonte: Adaptado de Dkhissi *et al* (2012).

Tabela 4 – Acordos comerciais de tipo preferencial

País	Data de assinatura	Data que entrou em vigor
Chade	14/12/1997	04/12/1997
Guiné	12/04/1997	12/04/1997
Senegal	13/09/1987	03/12/1987

Fonte: Adaptado de Dkhissi *et al* (2012).

Tabela 5 – Acordos de proteção e promoção de investimentos

(continua)

País	Data de assinatura
Benin	15/06/2004
Burkina Faso	08/02/2007
Chade	04/12/1997 (Marrocos ratificou o acordo em 30/08/2001)

(continuação)

País	Data de assinatura
Gabão	13/01/1979 (renovado em 2009)
Gâmbia	22/02/2006
Guiné	02/05/2002
Guiné Equatorial	05/07/2005
Mauritânia	13/06/2000
República Centro Africana	26/12/2006
Senegal	18/02/2001 e 15/11/2006
Sudão	23/02/1999

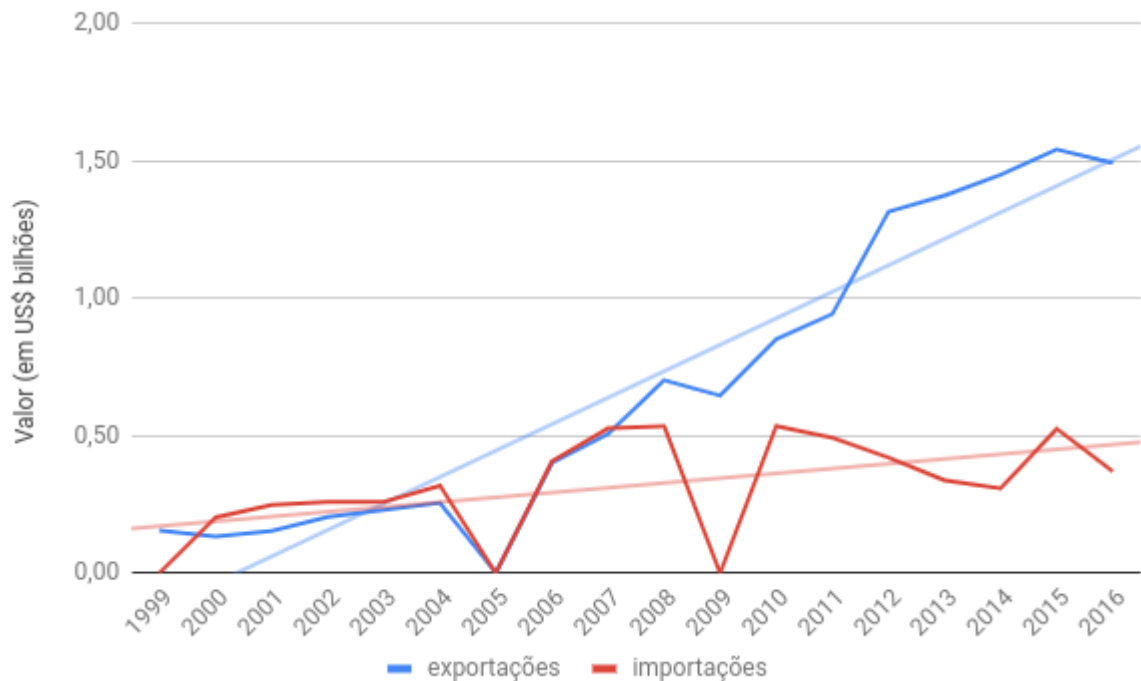
Fonte: Adaptado de Dkhissi *et al* (2012).

Outro aspecto importante da política marroquina para a África é a cooperação tripartite, em que empresas públicas ou privadas marroquinas investem em projetos econômicos na África Subsaariana a partir de doações de agentes internacionais como ONGs, instituições financeiras e agências das Nações Unidas. A cooperação tripartite é uma das ferramentas por meio das quais o reino identifica seu papel de promotor do desenvolvimento regional, e é através dessa estratégia que o Marrocos busca reafirmar perante a União Europeia seu compromisso com a consolidação do quadro de estatuto avançado¹⁹ (DKHISSI *et al*, 2012).

De maneira geral, a evolução recente da trajetória econômica marroquina no continente africano aponta que a aproximação do país em relação à região subsaariana é mais vantajosa para o Reino do que para o resto do continente. As relações econômicas entre Marrocos e África Subsaariana estão em um crescente vertiginoso desde 2009, impulsionadas pelo crescimento anual de 12.8% no comércio bilateral entre as partes, e esta tendência de crescimento se dá apesar das dificuldades virtuais impostas pela fraca infraestrutura dos mercados de capital africanos, além das barreiras causadas pelos custos de transporte, tarifas e demais impeditivos logísticos (BERAHAB, 2017). O gráfico 1 mostra a evolução do comércio entre o Marrocos e a África Subsaariana entre 1999 e 2016.

¹⁹ As relações com os aliados europeus sempre se mantiveram como uma presença constante nas agendas internacionais marroquinas, mesmo com a ascensão de Mohammed VI ao poder e as mudanças de política externa. Isto, na verdade, se encaixa no eixo de diplomacia econômica segundo interesses pontuais e estratégicos marroquinos; afinal, a Europa era o principal parceiro econômico do país, e no início dos anos 2000 já estava em fase de negociação o acordo de livre comércio entre o Marrocos e a UE, que traria ao Reino o benefício de tornar-se o primeiro país do Maghreb a alcançar *relações avançadas* com a União Europeia em 2008, expandindo ainda mais o alcance dos produtos marroquinos nos mercados europeus (ZISENWINE, 2013).

Gráfico 1 – Evolução do fluxo comercial entre o Marrocos e a África Subsaariana entre 1999 e 2016 (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Banco Mundial (2016)

Ainda, em se tratando de Investimentos Estrangeiros Diretos direcionados à África Subsaariana, o Marrocos mostrou um crescimento de 40% no índice de IED em relação ao PIB em 2015. Esse dado está interligado à necessidade de criar uma estrutura de integração econômica no continente africano, tendência lançada por outros países já pioneiros na área de IEDs como África do Sul e Nigéria. No caso, o Marrocos estaria então seguindo um padrão iniciado por outros *players* regionais, com o objetivo de tornar-se ele mesmo um importante ator econômico na África. Assim, justificam-se os investimentos em setores com alto valor agregado, como o setor financeiro, de telecomunicações e indústrias (BERAHAB, 2017).

Dentre as principais empresas responsáveis pelo projeto de integração do Marrocos no continente africano está a Maroc Telecom. Ela não é apenas a maior empresa de telecomunicações do país, como também é líder de mercado na África francófona, com mais de 30 milhões de clientes nas subsidiárias que controla no Gabão, Burkina Faso, Mali e Mauritânia. Dentre suas últimas conquistas esteve a aquisição de operações móveis de voz e dados em Benin, República Centro Africana, Gabão, Costa do Marfim, Níger e Togo (PHAM; LARÉMONT, 2014). A figura 4 mostra o domínio da Maroc Telecom sobre a África Ocidental e Central.

Figura 4 – Presença da Maroc Telecom na África



Fonte: Elaborada pela autora com base em Pham e Larémont (2014).

A expansão da maior empresa do Marrocos e maior exportadora mundial de fosfatos e derivados, o OCP Group, também acompanha o ritmo de aceleração da integração econômica iniciada por Mohammed VI. Em 2014, o presidente da estatal acompanhou o rei em uma de suas turnês pela África, ocasião em que dois grandes acordos de investimento foram assinados em nome do OCP. O primeiro foi firmado no Mali, com o objetivo de financiar uma unidade de produção local de fertilizantes minerais que irá gerar mais de um milhão de toneladas por ano do produto, que serão destinadas exclusivamente para o mercado africano e países da região do Rio Níger. O segundo acordo foi firmado no Gabão, e criou uma joint venture no valor de US\$2,3 bilhões para construir fábricas de fertilizantes, uma em cada país, as quais serão abastecidas com ácido fosfórico vindo do Marrocos e amônia vinda do Gabão; sendo que o fertilizante resultante será utilizado em solos subnutridos da região. Este projeto inclui a construção no Gabão da primeira fábrica da África Central para produzir amônia a partir do gás natural (PHAM; LARÉMONT, 2014).

O OCP Group busca afirmar-se como uma empresa africana comprometida com o desenvolvimento do ecossistema agrícola no continente. O Grupo é o maior produtor e exportador de fosfatos em todas as suas formas, com 28% da quota do *marketshare* global e cerca de 25% da sua produção sendo exportada para países africanos. Segundo dados de 2016,

a exportação de fosfatos para a África havia crescido em 70% no ano (OCP, 2016). A figura 5 mostra a presença do OCP Group no continente africano.

Figura 5 – Presença do OCP Group na África



Fonte: Elaborada pela autora com base em OCP (2016)

Outros projetos de infraestrutura também estão incluídos na estratégia de inserção marroquina nos mercados africanos. Em 2013, a Buzzichelli Maroc, empresa do ramo da engenharia e indústria de metais, assinou um contrato estimado em US\$7 milhões para reconstruir a infraestrutura de operações da empresa de mineração francesa Areva, no Níger. Em 2014, a empresa do ramo imobiliário Addoha Groupe fechou um acordo com a República do Congo para que uma de suas subsidiárias, a Ciment de l'Afrique (CIMAF), construísse uma nova fábrica de cimento com capacidade de produzir um milhão de toneladas por ano. Parte do acordo instituiu que uma parcela dessa produção deveria ser destinada para a construção de cerca de quinze mil unidades habitacionais populares no Congo, representando um investimento de quase € 250 milhões (PHAM; LARÉMONT, 2014).

A análise desses recentes desdobramentos da diplomacia econômica de Mohammed VI para a África Subsaariana abre caminho para a discussão sobre a entrada do Marrocos na União Africana, tema que também é central para o presente trabalho de conclusão. Isto porque, em função da tendência à continuidade dos investimentos pelo ambiente econômico

propício tanto no país quanto nas economias receptoras, é provável que o Estado marroquino se engaje em propostas que dinamizem os acordos econômicos multilaterais para viabilizar as trocas comerciais. Logo, a entrada na União Africana sinaliza a possibilidade da facilitação das conversações no sentido de construção de estruturas jurídicas, institucionais e até mesmo físicas consideradas fundamentais para o bom andamento de uma política econômica de escala continental (BERAHAB, 2017).

Além disso, outra questão benéfica que parte dessa aproximação econômica é a possibilidade da continuidade do engajamento de companhias multinacionais como a OCP e a Maroc Telecom no lançamento de projetos de infraestrutura e conectividade entre os países africanos, a fim de criar uma estrutura logística condizente com os padrões de crescimento econômico observados nos últimos anos no continente (BERAHAB, 2017; EL HOUDAIGUI, 2018). Tudo indica que é por meio dessa estratégia que o Marrocos irá buscar sua projeção no continente, bem como alcançará um novo status na aproximação nas relações com os países da África Subsaariana.

4 OS INTERESSES DO MARROCOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA E OS IMPACTOS PARA O CONTINENTE

O presente capítulo busca analisar as dinâmicas nas quais o Marrocos busca se inserir no contexto de uma nova ordem política e econômica inaugurada na África no século XXI. Para isso, é preciso compreender as motivações por detrás desses movimentos de aproximação e também, em última instância, entender de que maneira a África representa um novo espaço de ação estratégica em termos de projeção política e econômica dentro do espectro de relações internacionais do Marrocos. Serão analisados alguns fenômenos importantes para a compreensão das dinâmicas recentes envolvendo o Marrocos, tais como sua entrada na União Africana, sua candidatura para o Conselho de Paz e Segurança e, mais recentemente, as decisões da UA e da ONU a respeito dos debates envolvendo o Saara Ocidental.

4.1 A ENTRADA NA UNIÃO AFRICANA

Em 31 de janeiro de 2017, Mohammed VI anunciou o retorno do Reino do Marrocos à União Africana (UA) após passar 32 anos longe da organização. Durante o período que se manteve afastado da Organização da Unidade Africana (OUA) – como então era denominada a instituição – o país adotou uma política diferenciada em relação aos países africanos, de forma que a compensação pela sua ausência institucional se dava por meio da manutenção de relações bilaterais com os países da África francófona. Esse quadro modificou-se ao longo da história, e a partir do reinado de Mohammed VI novas políticas e estratégias foram lançadas para dar suporte a uma nova visão sobre o papel desempenhado pela África nas agendas de política externa marroquinas (EL HOUDAIGUI, 2018).

É válido questionar, portanto, o que causou esse renovado interesse no continente africano, bem como quais foram os fatores que impulsionaram a luta do país para retornar à UA. Nesse sentido, o principal ponto que motivou o retorno do Marrocos à instituição é também o motivo que levou o país a deixar a OUA em 1984: a questão do Saara Ocidental. Há mais de 30 anos atrás, ao reconhecer a soberania e independência da República Árabe Saarauí Democrática, a organização tocou em um ponto muito sensível da política externa do Marrocos e da identidade do Estado marroquino; assim, por considerar que a OUA havia

confrontado aquele que é considerado um ponto de inflexão para o país – sua integridade territorial –, o Marrocos não teve outra opção senão deixar a instituição (HASNAOUI, 2017).

A partir de então, o país passou a se ausentar das discussões envolvendo não só o reconhecimento do Saara Ocidental, como também as demais questões trabalhadas no escopo da predecessora da União Africana. Os custos dessa ausência institucional foram sentidos de forma significativa pelo Marrocos, especialmente no que tange a aspectos do desenvolvimento de políticas de integração, de uma estrutura jurídica correspondente aos avanços dos tópicos tratados no escopo da UA e de estratégias para a transformação socioeconômica do continente. Foi o reconhecimento do peso desses custos para a política externa marroquina para a África que causou o esgotamento do modelo da “política da cadeira vazia”, termo que ficou conhecido pelas décadas em que o país procurou manter sua influência na União Africana enquanto optava pela não ocupação de seu assento, dependendo, assim, do apoio de seus aliados políticos dentro do bloco (BOUKHARS, 2017; EL HOUDAIGUI, 2018).

Ao longo da última década, ficou claro que uma cadeira vazia havia cedido a vantagem estratégica ao adversário marroquino – a República Árabe Saarauí Democrática. Assim, a decisão de retornar à União Africana representa para o Marrocos a inauguração de uma nova fase em sua política externa, “[...] em que a decisão de se juntar a um órgão que contém a RASD como membro exigiu uma coragem política e uma visão estratégica significativas [...]” (BOUKHARS, 2017, p. 2, tradução da autora²⁰) por parte de Rabat. Foi dessa forma que, em julho de 2016, em mensagem transmitida à 27ª Assembleia da União Africana em Kigali (Ruanda), Mohammed VI sinalizou o desejo do Marrocos em retornar à organização:

Quando saiu da OUA, o Marrocos não se retirou da África. Em 1984, simplesmente deixou uma instituição em circunstâncias muito especiais. A relação intensa do meu país com o continente explica por que o reconhecimento de um pseudo-Estado foi compreensivelmente difícil demais para o povo marroquino aceitar. [...] Nossos amigos há muito nos pedem para voltarmos a eles, para que o Marrocos possa ocupar seu lugar natural na sua família institucional. Essa hora chegou. Após reflexão, ficou claro para nós que, quando um corpo está doente, ele é tratado de forma mais eficaz a partir do interior do que do exterior. O tempo da ideologia acabou. Nossos povos precisam de ações concretas e tangíveis. Não se pode mudar a geografia, nem se pode escapar do fardo da história.

²⁰ Do original em inglês: "The decision to join a body that contains the SADR as a member required significant political courage and strategic foresight, even if Morocco will not cease its efforts to put an end to what it considers an oddity of international politics."

Tendo em vista o acima exposto, o Marrocos não deve permanecer fora da sua família institucional africana e deve recuperar o seu lugar natural e legítimo dentro da UA. De dentro da instituição, o Marrocos contribuirá para tornar a UA uma organização mais robusta – que esteja orgulhosa de sua credibilidade e livre do peso de uma era obsoleta.

Ao retornar à família africana, o Marrocos pretende manter o seu compromisso com a África e reforçar o seu envolvimento com todas as questões que considera pertinentes (MARROCOS..., 2016, p. 5 e 7, tradução da autora²¹).

Esse discurso é bastante simbólico no que diz respeito à nova política marroquina para a África, visto que as ofensivas diplomáticas em direção ao continente ao longo das últimas décadas já haviam demonstrado que o país desejava não só manter boas relações com seus vizinhos, como também consolidar-se como um importante ator político e econômico nas relações internacionais no continente. Ainda, é evidente que o desejo de inserir-se nas pautas tratadas no escopo da União Africana parte de uma tentativa de defender os próprios interesses marroquinos a respeito do Saara Ocidental, especialmente por meio de um discurso jurídico alternativo àqueles empregados por seus adversários. Os anos de ausência institucional – e a desorganização do Marrocos em relação à criação de uma representação forte de sua posição na UA a partir de seus aliados – permitiram aos seus adversários transformar a organização em um espaço de defesa da soberania da República Árabe Saaraui Democrática, posicionamento que aos poucos se estendeu para outras esferas internacionais como o Conselho de Segurança da ONU e a própria União Europeia (BOUKHARS, 2017).

Em função de todos esses arranjos políticos, após formalizar seu desejo de retornar à União Africana, o Marrocos enfrentou oposição ferrenha por parte de países como a Argélia e África do Sul, principalmente porque entendiam que o regresso do país à instituição representaria uma séria ameaça à continuidade da RASD na UA. No entanto, ciente da oposição que enfrentaria ao demonstrar suas intenções, o Marrocos já havia planejado sua jogada política há algum tempo por meio de visitas e cortejos diplomáticos a países influentes

²¹ Do original em inglês: “When it withdrew from the OAU, Morocco never left Africa. In 1984, it simply left an institution in very special circumstances. My country’s passionate relationship with the Continent explains why the recognition of a pseudo state was understandably too hard for the Moroccan people to accept. [...] Our friends have long been asking us to return among them so that Morocco may take its natural place within its institutional family. That time has now come. On reflection, it has become clear to us that when a body is sick, it is treated more effectively from the inside than from the outside. The time for ideology is over. Our peoples need concrete, tangible action. One cannot change geography, nor can one escape the burden of history. In view of the above, Morocco should not remain outside its African institutional family and should regain its natural, rightful place within the AU. From within, Morocco will contribute to making the AU a more robust organization - one that is both proud of its credibility and relieved of the trappings of an obsolete era. By returning to the African family, Morocco aims to keep up its commitment to Africa and strengthen its involvement in all matters it feels strongly about”.

na organização – principalmente aqueles que iriam sediar as próximas Assembleias Gerais da UA –, de forma a tentar persuadir os possíveis votos contrários à sua adesão à instituição (LOUW-VAUDRAN, 2018a).

Em junho de 2016, um mês antes da 27ª Assembleia da União Africana em Kigali (Ruanda), Mohammed VI convidou o presidente Paul Kagame para uma visita ao Marrocos; e em outubro do mesmo ano fez uma visita de Estado a Ruanda, na qual foram assinados 19 acordos bilaterais de cooperação nas áreas de agricultura, habitação, finanças, setor bancário, transporte aéreo, turismo e energias renováveis (LOUW-VAUDRAN, 2018a; MOROCCO... 2016). Já em novembro de 2016, visando a 28ª Assembleia Geral da UA a ocorrer em Addis Abeba, Mohammed VI liderou uma comitiva de empresas em missão à Etiópia. Na ocasião, foi assinado um contrato no valor de US\$ 3.7 bilhões entre a empresa marroquina de fosfatos OCP e a estatal etíope Chemical Industries Corporation (CIC), dinheiro destinado para a construção de uma planta industrial que deverá produzir 2,5mi de toneladas de fertilizantes em sua primeira fase até 2022. Paralelamente, também foram assinados acordos de cooperação em áreas estratégicas, como serviços aéreos, cooperação fiscal, proteção dos investimentos, agricultura e energias renováveis (AKWEI, 2016; MAASHO, 2016).

Em relação a países com grande influência na União Africana, Mohammed VI visitou em dezembro de 2016 a Nigéria, onde se encontrou com o presidente Muhammadu Buhari e celebrou a assinatura de diversos acordos bilaterais sobre energias renováveis, pesca e agricultura, incluindo um importante acordo na área da indústria de fertilizantes análogo àquele assinado com a Etiópia no mês anterior. Ainda, os países anunciaram um projeto de construção de um gasoduto que levaria recursos energéticos da Nigéria até o Marrocos, atravessando toda a extensão da África Ocidental e com potencial, inclusive, de abastecer os mercados europeus a partir de sua conclusão (LOUW-VAUDRAN, 2018a; MERRAN, 2016).

Por meio dessas visitas diplomáticas e da assinatura de diversos acordos com países que até então não eram considerados alianças estratégicas, o Marrocos criou as condições para receber o apoio necessário durante a votação para sua entrada na União Africana, a ocorrer em janeiro de 2017 na 28ª Assembleia Geral em Addis Abeba. Além disso, um fator que favoreceu a causa marroquina foi o fato de tanto Argélia quanto África do Sul não conseguirem cooptar apoio junto a seus aliados na UA a fim de “[...] adiar a decisão para uma

sessão extraordinária, ou para tornar a admissão do Marrocos condicional a partir de sua aceitação da RASD [...]” (LOUW-VAUDRAN, 2018a, p. 8, tradução da autora²²).

Assim, em 20 de janeiro de 2017, o Parlamento Marroquino aprovou o Ato Constitutivo da União Africana, conforme demanda a exigência para admissão na organização, abrindo caminho para a aprovação da entrada do país na UA durante seu próximo encontro em Addis Abeba. Em 30 de janeiro, com 39 votos a favor e 15 contra, o Marrocos foi oficialmente readmitido na União Africana em conformidade com a alínea (c) do Artigo 9º e com o Artigo 29º do Ato Constitutivo da UA²³ (LOUW-VAUDRAN, 2018a).

Apesar de o placar dos votos ser bastante positivo – foi uma vitória com mais de 2/3 dos países a favor do retorno do Marrocos à UA –, não se deve ignorar os 15 votos dos países contrários à iniciativa marroquina. Dessa forma, o cenário que se constrói aponta que a questão mais urgente ao país é a tentativa de convencer a organização por uma neutralidade em relação aos temas mais polêmicos envolvendo a disputa pelo Saara Ocidental, para então buscar as condições de apoio para uma solução política aceitável para ambas as partes envolvidas. Ainda, esse desafio vem lado a lado com outra questão muito importante para a política externa marroquina, que é a consolidação da diplomacia econômica e das atividades de expansão da influência do país na África. A partir disso, nessa nova fase de sua política externa africana, o Marrocos passa a ter a responsabilidade de tocar dois grandes e ambiciosos projetos: o equilíbrio de seus jogos políticos no âmbito da União Africana e o desafio de estabelecer-se como um dos grandes *players* econômicos no continente (BOUKHARS, 2017; LOUW-VAUDRAN, 2018a).

Em 2015, a UA identificou Nigéria, África do Sul, Egito, Argélia e Angola²⁴ como sendo suas economias mais fortes e, portanto, responsáveis pelas maiores contribuições para o seu orçamento. Em 2016, a Nigéria foi a maior economia do continente (US\$ 405 bilhões), seguida pelo Egito (US\$ 332.7 bilhões), África do Sul (US\$ 295.5 bilhões) e Argélia (US\$ 159 bilhões). Em termos de economia, o Marrocos foi significativamente inferior (US\$ 103.6 bilhões), mas ainda se posicionou à frente de Angola (US\$ 95 bilhões), esta última tendo

²² Do original em inglês: “[...] to get the decision postponed to an extraordinary summit, or to make Morocco’s admission conditional on its acceptance of the SADR [...]”.

²³ A alínea (c) do Artigo 9 considera novos pedidos de adesão à União Africana, enquanto o Artigo 29 trata dos processos para admissão e adesão e institui o modo de votação por maioria simples (AFRICAN UNION, 2000).

²⁴ A Angola entrou na lista em substituição à Líbia após todo o processo de crise que levou à desestruturação do Estado líbio e à consequente incapacidade de continuar contribuindo de maneira significativa à União Africana (LOUW-VAUDRAN, 2018a).

sofrido fortemente com a queda nos preços do petróleo. Em função disso, o Marrocos vê-se claramente como um jogador importante no continente africano, em função de se configurar como um dos maiores investidores na África Subsaariana e representar uma nova possibilidade de fonte de recursos para projetos de infraestrutura através do continente (LOUW-VAUDRAN, 2018a; MESSARI, 2018).

Esses dados indicam que o Marrocos está bem posicionado para se juntar ao grupo de grandes contribuintes da UA. A tabela 6 mostra a relação dos principais países contribuintes conforme a divisão oficial da organização, que define a participação financeira de cada país de acordo com princípios como a capacidade de pagamento, solidariedade e partilha equitativa dos encargos, para evitar a concentração do risco (AFRICAN UNION, 2018).

Tabela 6 – Contribuição dos Estados-Membros da União Africana em 2018

País	Valor (em US\$)
Argélia	36.794.572,37
Egito	36.794.572,37
Nigéria	36.794.572,37
África do Sul	36.794.572,37
Marrocos	36.794.572,37
Angola	30.662.143,64
Etiópia	15.331.071,82
Quênia	13.196.220,07
Sudão	12.732.455,15
Líbia	12.494.823,53
Costa do Marfim	11.498.303,86
Gana	9.121.987,73
Tunísia	8.964.844,25
Tanzânia	6.347.063,73
Rep. Democrática do Congo	5.703.158,72
Camarões	5.584.342,91
Zâmbia	5.116.745,22
Uganda	4.373.188,24

Fonte: Adaptado de African Union (2018).

É possível analisar, a partir desse cenário, que o Marrocos se coloca entre os países de maior peso dentro da organização, seja em termos políticos ou financeiros. E isso abre uma

grande margem para negociar as pautas que são de seu interesse, seja porque dá a possibilidade de argumentar que há, de fato, uma contribuição concreta para a instituição e seu sucesso, seja porque o país agora se equipara a outros tradicionais gigantes africanos. É por isso que o retorno à União Africana é tão simbólico e relevante não só para o Marrocos como também para o continente, ao passo que representa um novo leque de possibilidades – sejam elas positivas ou negativas – em termos políticos, econômicos e diplomático-institucionais (MESSARI, 2018).

4.2 DESDOBRAMENTOS RECENTES APÓS A ENTRADA NA UNIÃO AFRICANA

Para além da abordagem cada vez mais orientada para a economia e negócios colocada em prática nos anos recentes pelos países africanos – processo que tende a deixar predisposições ideológicas de lado em nome de certo pragmatismo político, ao menos na teoria –, está a importância crescente dos assuntos securitários e da luta contra o terrorismo. O Marrocos é visto internacionalmente como um forte aliado dos membros do Conselho de Segurança da ONU, como a França e os Estados Unidos, na luta contra o terrorismo na região do Maghreb. Em função disso, a capacidade do país em engajar-se nas áreas de inteligência, operações estratégicas e manutenção da paz no âmbito da União Africana representa também grande potencial de aproveitamento das possibilidades de cooperação (LOUW-VAUDRAN, 2018a).

Nesse sentido, em 26 de janeiro de 2018, na 30ª Assembleia Geral o Marrocos foi eleito junto com outros 10 países para um mandato de dois anos no Conselho de Paz e Segurança da UA. O interessante é notar que tanto Argélia quanto África do Sul retiraram suas candidaturas ao CPSUA, muito provavelmente em função das turbulências as quais os países estão vivenciando no plano doméstico, de forma que o Marrocos encontrou um caminho livre para lançar sua candidatura como representante do Norte da África no Conselho. A votação para sua eleição mostra, porém, um placar não muito diferente daquele que levou ao seu retorno à UA: obtendo 39 votos a favor e 16 abstenções, é evidente que o país ainda enfrenta protestos por parte de outros Estados-membros a respeito de sua presença na organização (BEDZIGUI *et al*, 2018).

Em entrevista ao Institute for Security Studies, o Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita, falou sobre as intenções do Reino ao

ingressar no Conselho de Segurança. Em relação à candidatura, o Ministro afirmou ter sido um reconhecimento do papel fundamental que a organização desempenha para a consolidação da paz e da segurança no continente africano, em que o Marrocos deseja depositar seus esforços de forma a constituir um espaço de interdependência entre segurança, integração regional e desenvolvimento, fatores que, segundo ele, “[...] são vitais para o surgimento de uma Nova África e são críticos para a prevenção de conflitos, a manutenção e construção da paz” (BOURITA, 2018, p. 7, tradução da autora²⁵).

Bourita também ressaltou a importância de manter o sentimento de unidade e solidariedade a fim de afastar uma possível divisão no Conselho de Paz e Segurança. Esse discurso demonstra a vontade do Reino em manter as pautas discutidas no Conselho sob controle, de forma que seu posicionamento sobre a questão do Saara Ocidental não seja motivo de polarização e acabe se tornando um empecilho para a atuação do país na organização. Isso porque a ausência de um dos principais atores responsáveis por fazer frente ao Marrocos em relação à questão do Saara Ocidental, a África do Sul, poderia abrir espaço para que o Reino tentasse forçar uma agenda favorável à sua causa no Conselho (LOUW-VAUDRAN, 2018b).

No entanto, esse não é o cenário mais provável de acontecer, tendo em vista que os riscos de uma jogada desse tipo são muito altos e as chances de o Marrocos ser bem sucedido na empreitada são muito baixas, minando quaisquer chances que o Reino teria de conquistar alguma influência favorável a suas agendas na União Africana. Assim, os discursos e análises indicam que a principal atuação do país no CPSUA se dará por meio da contribuição nas operações de paz, mediação, construção da paz e luta contra o terrorismo e extremismo, de maneira que os anos de experiência atuando ao lado das forças de paz da ONU possam servir de apoio às agendas securitárias africanas (BOURITA, 2018; LOUW-VAUDRAN, 2018b).

Nesse sentido, cabe destacar que, para além da entrada do Marrocos no Conselho de Paz e Segurança, o país também buscou se engajar em uma agenda de grande relevância para o desenvolvimento humano e a segurança africanos: a migração. Mohammed VI foi designado pela Assembleia da UA para tornar-se *Champion of African Union on Migration* (ou “Advogado da União Africana para Migração”, em tradução livre), cargo honorário que tem como objetivo a promoção de projetos e iniciativas de combate à migração forçada, de

²⁵ Do original em inglês: “[...] are vital for the rise of a New Africa and are critical for conflict prevention, peacekeeping and peacebuilding.”

forma a solucionar este que é um sério problema enfrentado pelos países africanos hoje. Nasser Bourita afirmou que a liderança do Marrocos no processo de reformulação de uma política migratória continental foi fundamental para a adoção de um projeto sólido e com uma visão holística sobre o problema. Segundo o Ministro, a recém lançada Agenda Africana Sobre Migração “[...] é abrangente e oferece uma visão afro centralizada sobre migrações. [...] Ela defende políticas nacionais coerentes, uma coordenação sub-regional eficaz e uma perspectiva continental” (BOURITA, 2018, p. 10, tradução da autora²⁶).

Para além da adoção da Agenda, o Marrocos propôs a criação de um Observatório Africano para Migrações, que seria responsável por coordenar as ações da pauta no âmbito da União Africana, servir como um centro de referência para os países africanos que desejam submeter dados e/ou utilizar as informações disponibilizadas pelo Observatório e centralizar as informações a respeito das migrações no continente africano a fim de melhorar a maneira como as políticas são formuladas (BOURITA, 2018). Em julho de 2018, foi anunciado que os líderes da UA haviam concordado em estabelecer a sede do Observatório Africano para Migrações e Desenvolvimento em Rabat, uma escolha estratégica tendo em vista a posição geográfica do Marrocos e o que isso representa em termos de negociações futuras com a UE sobre o tema (AKINYOADE, 2018).

O que isso tudo representa para o futuro do Reino na União Africana é ainda bastante incerto, porém não há dúvidas a respeito das intenções por detrás dessas iniciativas. Através de uma demonstração de seu esforço e engajamento em uma pauta de grande interesse não só da comunidade africana, como também dos países europeus, o Marrocos busca equilibrar a manutenção de suas boas relações com os países do Norte com a promoção de uma política africana voltada para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança do continente. Essa política deve, necessariamente, abrir espaço para que o país obtenha destaque como um dos principais articuladores na União Africana, seja por meio do seu *soft power* ou de suas contribuições financeiras e securitárias; caso contrário, a participação do Marrocos na organização não compensará os custos envolvidos nessa estratégia (AKINYOADE, 2018; LOUW-VAUDRAN, 2018b).

Em julho de 2018, na 31ª Assembleia Geral da UA em Nouakchott (Mauritânia), foi anunciado que os esforços de promoção da paz no Saara Ocidental passariam a ser

²⁶ Do original em inglês: “[...] is comprehensive in scope and offers an Afro-centred vision on migration. [...] It advocates for coherent national policies, effective subregional coordination and a continental perspective.”

responsabilidade da ONU, de forma que o papel da União Africana seja apoiar o processo liderado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. No relatório apresentado por Moussa Faki Mahamat, presidente da CUA, foram detalhados os processos e conversas com as partes envolvidas – nomeadamente, representantes do Marrocos, RASD, Argélia, Mauritânia e ONU – que levaram a Comissão a tomar essa decisão. O objetivo dessa articulação, segundo Mahamat, era compreender a visão das partes sobre qual contribuição poderia ser feita pela União Africana na busca de uma solução, levando em consideração o protagonismo das Nações Unidas na questão; e sobre quais elementos deveriam perpassar essa solução, dados os debates anteriores e a atual situação do impasse (MAHAMAT, 2018).

Mahamat visitou o Marrocos de 5 a 6 de junho de 2018, onde foi recebido pelo Rei Mohammed VI e pelo Ministro Nasser Bourita. Na ocasião, as autoridades ressaltaram que a União Africana, ao reconhecer a soberania da RASD e se posicionar de forma bastante contundente a respeito da questão, se ausenta de buscar soluções que possam significar um entendimento diferente daquele consolidado entre seus Estados-membros (MAHAMAT, 2018). Isso justifica o posicionamento marroquino favorável à centralidade da ONU na condução do processo de negociação, pois, por mais que isso não anule a participação da UA nos esforços pela paz, essa decisão encarrega a solução do impasse a uma instituição internacional que não reconhece a RASD como um Estado soberano propriamente dito (ANI; LOUW-VAUDRAN, 2018; BOUKHARS, 2018).

Após a decisão, a Assembleia da UA apelou às partes envolvidas no conflito que retomassem urgentemente as negociações sob os cuidados do Secretário-Geral da ONU, no que o Conselho de Segurança será o órgão encarregado do assunto. Essa ação vai na contramão do que havia sido discutido na Assembleia de janeiro de 2018, em que se decidiu que o tema seria tratado em conversações conjuntas entre a União Africana e as Nações Unidas de forma a construir um processo de “[...] referendo livre e justo para o povo do Saara Ocidental” (ANI; LOUW-VAUDRAN, 2018, p. 3, tradução da autora²⁷). Isso demonstra que o Marrocos conseguiu articular internamente na UA de forma a colocar seus interesses em pauta e fazer com que a organização revisasse seus métodos de atuação a respeito da disputa do Saara Ocidental. Se esse foi um trabalho que estava sendo construído desde sua entrada na organização, ou se o mesmo se consolidou a partir de sua entrada no Conselho de Paz e Segurança, não se pode dizer; mas o que é possível analisar a partir desse desdobramento é a

²⁷ Do original em inglês: “[...] free and fair referendum for the people of Western Sahara.”

comprovada capacidade do país em exercer influência no âmbito da União Africana em tão pouco tempo dentro da instituição.

A decisão sobre a responsabilidade do debate acerca do Saara Ocidental pode ser vista como uma tentativa de evitar a deterioração das relações entre os aliados do Marrocos e os já tradicionais apoiadores da questão saarauí, como Argélia, África do Sul e demais países da África Austral. Isso porque afastar as discussões da esfera do CPSUA pode ser uma maneira de evitar o confronto e, assim, impedir a divisão e polarização do Conselho, que inviabilizaria o andamento dos debates acerca do tema. No entanto, esse relativo isolamento do Conselho de Paz e Segurança também incorre em impactos negativos para seus métodos de trabalho, uma vez que a decisão estabelece grandes limitações para a atuação do órgão em termos de propostas referentes à questão do Saara Ocidental (ANI; LOUW-VAUDRAN, 2018). Nesse sentido, é válido ressaltar que:

Esta última decisão sobre o Saara Ocidental é crucial para a UA e o CPS porque, pela primeira vez, a UA tomou uma decisão formal para limitar o envolvimento do CPS numa crise na África. Desde o relançamento do corpo continental como UA em 2002 e a operacionalização do CPS em 2004, o CPS se viu como um participante importante em todas as questões de segurança no continente.

[...] Embora a UA possa desempenhar um papel mínimo num processo de paz, as discussões do CPS complementam os processos principais, permitindo assim que a UA cumpra a sua função de gestão de conflitos do dia-a-dia (ANI; LOUW-VAUDRAN, 2018, p. 3, tradução da autora²⁸).

Ainda, a decisão afirma também que a União Africana tratará da questão principalmente por meio de uma *troika* composta pelos presidentes da organização (o que está no fim do mandato, o atual e o próximo) e pelo presidente da Comissão da União Africana. Esse comitê será responsável por fornecer apoio aos processos desenvolvidos no escopo da ONU, bem como reportar o andamento da questão diretamente à Assembleia da UA e, se necessário, ao Conselho de Paz e Segurança – porém somente durante os encontros dos chefes de Estado. O problema dessa resolução é que as cúpulas de alto nível do CPS ocorrem apenas uma ou duas vezes por ano e normalmente possuem pautas programadas no entorno de uma situação de crise urgente; o que significa que a questão do Saara Ocidental poderá não ser

²⁸ Do original em inglês: “This latest Western Sahara decision is crucial for the AU and the PSC because, for the first time, the AU has taken a formal decision to limit the PSC’s involvement in a crisis in Africa. Since the re-launch of the continental body as the AU in 2002 and the operationalisation of the PSC in 2004, the PSC has seen itself as a major player in every security issue on the continent. [...] While the AU may play a minimal role in a peace process, the PSC’s discussions complement mainstream processes, thereby enabling the AU to fulfil its day-today conflict management role.”

discutida durante essas reuniões, e, mesmo que seja, é possível que não haja decisões vinculativas – uma vez que a UA se comprometeu a endossar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU (ANI; LOUW-VAUDRAN, 2018).

Por fim, em reunião durante outubro de 2018, o Conselho de Segurança da ONU publicou uma resolução estendendo o mandato da MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental) até abril de 2019 e incentivando a busca por uma solução política viável ao conflito. O mais importante a notar, no entanto, é o estabelecimento da retomada das negociações em dezembro desse ano, em Genebra, ocasião em que estarão presentes Marrocos, Frente Polisario, Argélia e Mauritânia, com a mediação do Enviado Especial das Nações Unidas para o Saara Ocidental. A resolução mostra que esforços estão sendo empreendidos por todas as partes em prol de uma solução viável para a disputa, e os possíveis resultados dessas demonstrações de boa vontade política podem ser bastante positivos para o futuro da região e a união do continente (UNITED NATIONS, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante 30 anos o Marrocos se ausentou de todos os debates institucionais que tiveram espaço nas agendas africanas, em nome de uma estratégia política que contava com a desmoralização e descaracterização de seu adversário frente a quaisquer oportunidades que surgissem. Isso implicou no boicote a reuniões, encontros internacionais, cúpulas de líderes mundiais, painéis de alto nível e muitos outros espaços de construção política que custaram caro à reputação e à imagem do Marrocos perante seus vizinhos africanos. A percepção do esgotamento dessa estratégia veio junto de uma avaliação renovada quanto às possibilidades que o continente africano representava para o país em termos econômicos, estratégicos e também políticos, sendo que o momento que marcou essa virada no modo de conduzir política externa foi a ascensão de Mohammed VI ao poder, em 1999.

A lenta e contínua aproximação do Rei em direção à África, por mais que não representasse uma mudança brusca na política externa marroquina, com certeza foi definitiva para determinar os rumos que seriam dados a alguns temas sensíveis das relações internacionais do Reino. As ações em diplomacia econômica, os tratados bilaterais de cooperação assinados entre o Marrocos e países da África Subsaariana, a expansão dos investimentos por parte da empresa OCP em direção ao sul do Maghreb e as inúmeras visitas feitas por Mohammed VI aos vizinhos africanos foram parte de uma estratégia de reinserção do Marrocos no continente africano. E essa não foi uma reinserção como um ator secundário, sem interesses definidos; pelo contrário: todos os esforços empreendidos estiveram sempre articulados a uma visão ampla a respeito do papel que o Marrocos deveria cumprir nesse novo cenário africano, o de *player* econômico e político.

É importante fazer essa distinção porque tal percepção impede que o Marrocos entre na União Africana como um mero espectador, de forma a anuir com os pontos estabelecidos pela instituição sem organizar alguma forma de resistência. A postura assertiva adotada durante esses últimos anos permite que o Reino projete sua influência no continente e também na UA, a fim de defender seus interesses frente às posições relutantes de Estados-membros que não veem com bons olhos sua entrada na organização. A oposição ferrenha de países como Argélia e África do Sul mostra que as rivalidades históricas não são facilmente deixadas de lado, e mesmo que o Marrocos se engaje de forma a demonstrar a melhor das intenções

com a sua readmissão na UA, o peso de todos esses anos de boicote à RASD e ocupação do território do Saara Ocidental ainda é muito grande para ser superado.

Os custos da empreitada política que levou ao retorno do Marrocos à União Africana são, de fato, bastante altos, visto que existem muitos países na organização que não desejavam a admissão de Rabat – 15 dos 54 membros votaram contra o retorno do Reino à UA – e que o país não teria nenhum ganho imediato com a entrada na organização. Apesar disso, Mohammed VI seguiu com seu projeto de ingresso na União Africana, então o que parece justificar a ação do país é que o Marrocos de fato não *precisa* entrar na União Africana; porém, para consolidar seu projeto de projeção continental e de afirmação como *player* político e econômico na África, a UA é um passo fundamental para sua ascensão.

Nesse sentido, os recentes desdobramentos que levaram à ascensão do Marrocos a um assento no Conselho de Paz e Segurança da UA também são importantes para entender quais as possíveis dinâmicas que irão derivar desse processo. O Conselho é um dos órgãos mais relevantes da organização, e seu papel na promoção da paz e no desenvolvimento da segurança humana no continente é, sem sombra de dúvidas, a chance que o Marrocos tem de mostrar que não só possui interesses alinhados aos de seus vizinhos, como também é um importante aliado na luta contra o terrorismo e na prevenção de conflitos. Além disso, se o Reino conseguir equilibrar seus discursos com a prática, sua participação no CPSUA pode configurar também uma oportunidade de demonstrar que o país não é apenas um “fante” a serviço dos interesses dos Estados Unidos e da França na região.

A decisão sobre a transferência de responsabilidade acerca dos debates sobre o Saara Ocidental foi uma grande vitória para o Marrocos. O Conselho de Segurança da ONU conta com dois tradicionais aliados marroquinos, França e Estados Unidos, os quais não necessariamente concordam com os posicionamentos do Reino a respeito da causa saarauí. No entanto, o fato de o país poder contar com o poder de veto de ao menos algum deles caso esteja em votação alguma resolução que contrarie suas intenções é um ponto positivo a ser considerado. Ainda mais quando se leva em conta que, caso os esforços pela negociação tivessem ficado sob os cuidados da União Africana, o Marrocos teria margens de negociação muito mais reduzidas em função do grande número de países que defendem fervorosamente a soberania saarauí.

Com a retomada das conversações entre Marrocos e RASD prevista para 5 de dezembro em Genebra, o Reino mostra que, de fato, sua posição mudou de forma drástica em

comparação à maneira tradicional como vinha conduzindo o assunto. Isso provavelmente não quer dizer que o país vá abrir mão de sua Proposta de Autonomia para o Saara Ocidental, de forma que os saarauís alcancem maior liberdade do que aquela que o Marrocos está disposto a conceder; porém, não se pode deixar de notar que tais esforços no sentido de uma flexibilização do diálogo demonstram uma nova postura. Postura essa que talvez contribua para o surgimento de uma solução política para o impasse, mas que por ora significa o início de um novo modo de conduzir política externa.

É possível observar que há, de fato, um padrão sendo conduzido dentro da matriz de política externa do Marrocos em relação à África Subsaariana, e este padrão se dá no contexto de uma aproximação estratégica e pragmática. As ações e discursos empreendidos neste sentido se consolidam na tentativa de alavancar o Marrocos como um importante ator continental, responsável pela promoção da cooperação Sul-Sul, segundo os diversos discursos oficiais que apontam nesse sentido, e pelo desenvolvimento de novas e promissoras parcerias no seio do continente africano. Além disso, observa-se também o entendimento por parte dos atores africanos em relação aos interesses marroquinos, na medida em que estes países também buscam se beneficiar desta nova estratégia continental em curso. Assim, cabe a reflexão sobre o papel que a União Africana irá desempenhar para o estreitamento – ou não – dos vínculos estabelecidos nos últimos anos pelo Marrocos com seus parceiros africanos, e nisso está inclusa também a agenda para resolução da disputa pelo Saara Ocidental.

Por fim, é interessante lançar algumas proposições de pesquisa alternativa ao fim deste trabalho, a fim de estender as análises e o entendimento sobre o tema abordado, cuja complexidade não permitiu um maior aprofundamento sobre questões tangenciais às temáticas centrais de pesquisa. Assim, se mostram relevantes duas outras abordagens ao tema: a compreensão sobre os principais desdobramentos da Primavera Árabe para o Marrocos e as consequências desse processo para a maneira de conduzir política externa; e, principalmente, o monitoramento contínuo das próximas ações do Marrocos na União Africana, em seu Conselho de Paz e Segurança e, por último mas não menos importante, em relação aos desdobramentos das futuras negociações a respeito do Saara Ocidental no Conselho de Segurança da ONU.

REFERÊNCIAS

- ADIMI, Pierre Afouda. Nouvelle Offensive Diplomatique du Maroc en Afrique Subsaharienne: Quel Regard?. **Paix Et Sécurité Internationales**, Cádiz, v. 3, n. 1, p. 109-124, dez. 2015. Disponível em: <<http://catedras.uca.es/jean-monnet/revistas/paix-et-securite-internationales/numerosPSI/psi-03-etudes-adimi-maroc-afrique-subsaharienne.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.
- AFRICAN UNION. **African Union Handbook 2018**. Addis Abeba: African Union Commission, 2018. 244 p. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/pages/31829-file-african_union_handbook_2018_english-2.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- _____. Ato Constitutivo, de 11 de julho de 2000. **African Union Constitutive Act**. Lome (Togo). Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/pages/32020-file-constitutiveact_en.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- AKINYOADE, Akinyinka. **New African Migration Body is Win-Win for Morocco**. 2018. Disponível em: <<https://theglobepost.com/2018/08/08/migration-oamd-morocco/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- AKWEI, Ismail. **Morocco signs over \$2 billion investment deal in Ethiopia**. 2016. Disponível em: <<http://www.africanews.com/2016/11/19/morocco-signs-over-2-billion-investment-deal-in-ethiopia/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- ANI, Ndubuisi Christian; LOUW-VAUDRAN, Liesl. **Peace and Security Council Report**. 105 ed. Pretoria: Institute For Security Studies, 2018. Disponível em: <<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/psc-105.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- ANTIL, Alain. **Le Maroc et sa “nouvelle frontière”**: lecture critique du versant économique de la stratégie africaine du Maroc. Paris: Institut Français Des Relations Internationales, 2010. (Programme Afrique subsaharienne).
- BANCO MUNDIAL. **World Integrated Trade Solution**. 2016. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BEDZIGUI, Yann et al. **Peace & Security Council Report**. 99 ed. Pretoria: Institute For Security Studies, 2018. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/psc99.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- BERAHAB, Rim. **Relations between Morocco and sub-Saharan Africa: What is the potential for trade and foreign direct investment?**. Rabat: OCP Policy Center, 2017. (Policy Brief). Disponível em: <<http://www.ocppc.ma/publications/relations-between-morocco-and-sub-saharan-africa-what-potential-trade-and-foreign>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BOUKHARS, Anouar. **Morocco and the African Union: back into the fold.** 2017. Originalmente publicado pelo Social Science Research Council. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2017/02/25/morocco-and-african-union-back-into-fold-pub-68130>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BOURITA, Nassir. PSC Interview: Towards a collective ownership of the PSC. **Institute For Security Studies**, issue 101, p. 7-10, abr. 2018. Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Marrocos ao Institute For Security Studies. Disponível em: <<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/psc101.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHARILLON, Frédéric. Maroc, Jordanie, Syrie: Les héritiers. **Études: Revue de culture contemporaine**, Paris, v. 12, n. 1, p.587-597, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-etudes-2002-12-page-587.htm>>. Acesso em: 8 set. 2018.

CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa.** 3. ed. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

DAFIR, Amine. La diplomatie économique marocaine en Afrique subsaharienne: Réalités et enjeux. **Géoéconomie**, Liège, n. 63, p.73-83, abr. 2012.

_____. Le Maroc face à la crise internationale: Contribution de la diplomatie économique. **Revue Internationale de Management Et de Stratégie**, Paris, v. 5, n. 1, p.1-8, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.revue-rms.fr/attachment/513818/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

DESRUES, Thierry. Mohamed VI y la paradoja de la transición marroquí. **Revista Cidob D'afers Internacionals**, Barcelona, v. 52, n. 1, p.171-186, dez. 2000. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/media2/publicacions/afers/51_52/51_52desrues>. Acesso em: 8 set. 2018.

DKHISSI, M. Saïd *et al.* **Les relations Maroc-Afrique: les voies d'une stratégie globale et renouvelée.** Rabat: Institut Royal Des Etudes Stratégiques, 2012. (Programme d'études "Compétitivité globale et positionnement du Maroc dans le système mondialisé"). Disponível em: <http://www.ires.ma/wp-content/uploads/2016/12/RAPPORT_AFRIQUE.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

DREXLER, Jorge. Bolivia. In: Bailar en la cueva (DREXLER, Jorge. **Bailar en la Cueva.** Bogotá: Warner Music, 2014. 1 CD. Faixa 2.

EL HOUDAIGUI, Rachid. La politique étrangère du Maroc: Vers quel positionnement?. **Editoriaux de L'ifri**, Rabat, v. 8, n. 1, p.1-3, dez. 2014. Editorial publicado em parceria com o OCP Policy Center. Disponível em: <<https://www.ifri.org/fr/publications/editoriaux/actuelles-de-lifri/politique-etrangere-maroc-vers-positionnement>>. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. La política exterior de Marruecos: Desafíos y ajustes. **Anuario Internacional Cidob**, Barcelona, v. 28, n. 1, p.214-220, jul. 2018. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/articulos/anuario_internacional_cidob/2017/la_politica_exterior_d_e_marruecos_desafios_y_ajustes>. Acesso em: 10 set. 2018.

EMBASSY Pages. 2018. Disponível em: <<https://www.embassypages.com/morocco>>. Acesso em: 28 set. 2018.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Irene. **La política exterior de Marruecos en el reinado de Mohamed VI (1999-2008): Actores, discursos y proyecciones internas**. 2013. 718 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Internacionais, Universidad Complutense de Madrid, Madri, 2013. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/21808/>>. Acesso em: 7 set. 2018.

_____. **Moroccan Foreign Policy under Mohammed VI: 1999–2014**. Nova York: Routledge, 2016.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Irene; FELIU, Laura; LARRAMENDI, Miguel Hernando de. The ‘subaltern’ foreign policies of North African countries: Old and new responses to economic dependence, regional insecurity and domestic political change. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 23, n. 4, p.1-20, 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13629387.2018.1454648>>. Acesso em: 7 set. 2018.

HARVARD’S CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **The Atlas of Economic Complexity**. Cambridge, 1996-2016. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/explore/?country=134&partner=undefined&product=undefined&productClass=HS&startYear=undefined&target=Product&tradeFlow=Net&year=2016>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

HASNAOUI, Yasmine. **Morocco and the African Union: A New Chapter for Western Sahara Resolution?**. Doha: Arab Center For Research And Policy Studies, 2017. (Research Paper Series). Disponível em: <https://www.dohainstitute.org/en/lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Morocco_and_the_African_Union_Hasnaoui.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018.

JAIDI, Larbi. Economic and social change in Morocco: Civil society’s contributions and limits. In: FLORENSA, Senén. **The Arab Transitions in a Changing World**. Barcelona: Iemed, 2016. p. 144-165. Disponível em: <<http://www.iemed.org/publicacions/historic-de-publicacions/monografies/sumaris-fotos-monografies/socioeconomic-change-morocco-jaidi-larbi.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

LARRAMENDI, Miguel Hernando de. **La Política Exterior**. In: BROTONS, Antonio Remiro; CAPDEVILA, Carmen Martínez. **Unión Europea-Marruecos: ¿Una vecindad privilegiada?**. Madri: Academia Europea de Ciencias y Artes, 2012. p. 75-132. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/44474893>>. Acesso em: 14 set. 2018.

LARRAMENDI, Miguel Hernando de; TOMÉ-ALONSO, Beatriz. The Return of Morocco to the African Union. In: SENÉN FLORENSA. **IEMed Mediterranean Yearbook 2017**. Barcelona: European Institute Of The Mediterranean, 2017. p. 229-232.

LEE, Donna; HUDSON, David. The old and new significance of political economy in diplomacy. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 30, n. 3, p.343-360, jul. 2004. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/32895042_The_Old_and_New_Significance_of_Political_Economy_in_Diplomacy>. Acesso em: 28 set. 2018.

LOUW-VAUDRAN, Liesl. **The meaning of Morocco's return to the African Union.** Joanesburgo: Institute For Security Studies (ISS), 2018a. (North Africa Report).

_____. **View on Africa: Morocco joins the AU Peace and Security Council.** 2018b. (19m12s). Disponível em: <<https://issafrica.org/media-resources/videos-and-infographics/view-on-africa-morocco-joins-the-au-peace-and-security-council>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MAASHO, Aaron. **Morocco's OCP and Ethiopia sign large fertiliser plant deal.** 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/morocco-fertilizers-ethiopia-idUSL8N1DK0BR>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MAHAMAT, Moussa Faki. **Report of the Chairperson of the Commission on the Issue of Western Sahara.** Addis Abeba: African Union, 2018. Disponível em: <http://www.usc.es/export9/sites/webinstitucional/gl/institutos/ceso/descargas/AU_AUC_Report_Assembly-AU-4-XXXI_en.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MARROCOS. Rei (1999-atual: Mohammed VI). **Mensagem Real à 27ª Assembleia Geral da União Africana.** Kigali, 17 jul. 2016. 9 f. Disponível em: <<http://www.maroc.ma/en/royal-speeches/full-text-royal-message-27th-african-union-summit>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

MERRAN, Jordana. **Morocco Expands African Footprint with Royal Visits to Ethiopia, Madagascar, and Nigeria.** 2016. Análise do Moroccan American Center for Policy (MACP). Disponível em: <<https://moroccoonthemove.com/2016/12/12/morocco-expands-african-footprint-royal-visits-ethiopia-madagascar-nigeria/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MESSARI, Nizar. **Morocco's African Foreign Policy.** 12. ed. Barcelona: Cidob - Barcelona Center For International Affairs, 2018. (Future Notes). Publicado pelo Middle East and North Africa Regional Architecture (MENARA). Disponível em: <<http://www.menaraproject.eu/portfolio-items/moroccos-african-foreign-policy/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MOONS, Selwyn Jurre Vincent. **Heterogeneous effects of economic diplomacy: Instruments, determinants and developments.** 2017. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Sociais, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, 2017. Disponível em: <<https://repub.eur.nl/pub/100817>>. Acesso em: 27 set. 2018.

MOROCCO. **The Moroccan government since independence.** 2018. Disponível em: <<http://www.maroc.ma/en/content/history-governments>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MOROCCO signs 19 bilateral cooperation agreements with Rwanda. **The Moroccan Times.** Casablanca, p. 1-4. 20 out. 2016. Disponível em:

<<http://themoroccantimes.com/2016/10/21190/morocco-signs-19-bilateral-cooperation-agreements-with-rwanda>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

OCP. **Annual Report**. Casablanca: OCP Group, 2016. Disponível em: <<http://www.ocpgroup.ma/sites/default/files/alldocs/RA%20OCP%202016%20VUK.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PHAM, Peter; LARÉMONT, Ricardo René. **Morocco's Emergence as a Gateway to Business in Africa**. Washington: Atlantic Council Africa Center, 2014. (Issue in Focus). Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Moroccos_Emergence.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

RIVLIN, Paul. Morocco's economy under Mohammed VI. In: MADDY-WEITZMAN, Bruce; ZISENWINE, Daniel. **Contemporary Morocco: State, Politics and Society under Mohammed VI**. New York: Routledge, 2013. p. 82-90.

SEHIMI, Mustapha. La política exterior de Mohamed VI. **Política Exterior**, [s.l.], v. 17, n. 91, p. 97-111, fev. 2003. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20645365>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003

UNITED NATIONS. **Morocco**. 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/morocco.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **UN Security Council Resolution 2440**. 2018. Disponível em: <http://www.usc.es/export9/sites/webinstitucional/gl/institutos/ceso/descargas/S_RES_2440_en.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

WILLIS, Michael; MESSARI, Nizar. Analyzing Moroccan Foreign Policy and Relations with Europe. **The Review Of International Affairs**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 152-172, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1475355032000240658>>. Acesso em: 8 set. 2018.

WOOLCOCK, Stephen; BAYNE, Nicholas. Economic Diplomacy. In: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 307-317.

WIKIMEDIA. **Mapa Marrocos e Saara Ocidental em português**. 2015. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Marrocos_e_Saara_Ocidental_em_portugu%C3%AAs_-_Map_of_Morocco_and_Western_Sahara_in_Portuguese.jpg>. Acesso em: 15 dez. 2018.

WYRTZEN, Jonathan. **Making Morocco: Colonial intervention and the politics of identity**. Nova York: Cornell University Press, 2015.

ZISENWINE, Daniel. Mohammed VI and Moroccan Foreign Policy. In: MADDY-WEITZMAN, Bruce; ZISENWINE, Daniel. **Contemporary Morocco: State, Politics and Society under Mohammed VI**. New York: Routledge, 2013. Cap. 5. p. 70-81.